

PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO DE LAFÕES

A. NAZARÉ OLIVEIRA *

* Professor aposentado do Ensino Secundário, Historiador e Investigador.

NOTA PRÉVIA

No tratamento do Concelho de S. Pedro do Sul, existem algumas coincidências de texto com parte do nosso trabalho "PARA A HISTÓRIA DO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL", cuja publicação iniciámos, no último número da revista "Beira Alta".

Porque as temáticas têm pontos comuns, as coincidências eram inevitáveis, ainda que se trate de trabalhos de índole, âmbito e estruturação diferentes.

O texto agora publicado em "MILLENIUM" abrange uma área geograficamente mais extensa, uma vez que abarca os três concelhos da Região de Lafões, mas centra-se no património cultural, ainda que com alguns afloramentos históricos.

O trabalho cuja publicação iniciámos na "BEIRA ALTA", restringindo-se, embora, ao Concelho de S. Pedro do Sul, tem um tratamento historicamente mais extenso, analítico e aprofundado. Como não podia deixar de ser, aborda, também, o património cultural, mas irá muito além, na medida em que incide em muitos outros aspectos da História do Concelho.

I

A REGIÃO DE LAFÕES

Situada na parte mais ocidental da Beira Central, a Região de Lafões é uma sub-região natural, constituída pelas terras tributárias do curso médio do Vouga e dos seus afluentes Sul e Ribamá, que, vindos de margens opostas, confluem junto de S. Pedro do Sul.

De Lafões fazem geograficamente parte os concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela e S. Pedro do Sul, as freguesias de Cedrim e Couto de Esteves (do concelho de Sever do Vouga), Alva e Gafanhão (do concelho de Castro Daire) e parte das freguesias de Bodiosa e Ribafeita (do concelho de Viseu).

Possui esta região características próprias que a distinguem das regiões vizinhas. O geógrafo Amorim Girão considera que ela constitui "um todo homogéneo, correspondendo a uma verdadeira região natural". Também Leite de Vasconcelos diz que "existe uma unidade territorial ou sub-região denominada Lafões" ([fig.1](#)).

Servindo-nos do estilo lapidar de Raul Proença, diríamos que "Lafões é uma formosa região que se esconde entre o Maciço da Gralheira e o Caramulo, cortada pelo rasgão do Vouga", que, aproveitando fracturas naturais ou furando rochas, lá vai a caminho da Beira-Mar.

Sem quebra da sua unidade geográfica, Lafões é uma região diversificada, a lembrar umas vezes o Douro, com culturas em socalco, outras vezes o verdejante Minho, não faltando até, nalguns lugares, a "vinha de enforcado". O seu finíssimo vinho verde pede meças ao do Minho, sobretudo se a acompanhar a afamada vitela de Lafões ou o cabrito da Gralheira.

Em algumas povoações caramulanas e do Maciço da Gralheira - Covas do Monte, Pena, Fujaco e outras - restam ainda, nas casas rurais, certos traços de primitivismo, que vão resistindo ao progresso. Paredes de granito, sem reboco exterior, coberturas de xisto, fumo a sair pelas telhas. As populações vivem ainda no seu mundo fechado, num tempo que já não é deste tempo. Povoações reduzidas a escasso número de famílias, porque aqueles que quiseram dar um salto no tempo partiram à procura dos marcos e dos francos, que, a pouco e pouco, lá vão introduzindo mudanças, às vezes aberrantes, na fisionomia das aldeias lafonenses.

Mas não há progresso que empobreça as belezas naturais de Lafões! E, se Lafões possui uma unidade geográfica, uma notável unidade histórica lhe corresponde. Quem percorrer a região sentirá, por toda a parte, os apelos da História.

Remontam a recuadas épocas pré-históricas os primeiros sinais de povoamento. Por toda a Região de Lafões, restam vestígios de populações neolíticas, que, sobretudo em pontos elevados de terras graníticas, construíam as suas habitações, inumavam os seus mortos em dólmenes e mamoas e, nas pedras das encostas dos montes, gravavam sinais, provavelmente relacionados com os monumentos funerários.

Ao lafonense Professor Amorim Girão pertence o primeiro levantamento dos monumentos pré-históricos da região. Regista 3 cavernas, 5 grutas, 18 antas, 10 antelas, 74 mamoaas, 2 menires, 20 castros e 5 lajes com inscrições. Tudo quanto se conhecia em 1921, data em que publicou a sua dissertação de doutoramento¹. Trabalho utilíssimo, até porque, se alguns monumentos que regista podem ainda hoje ser observados, de outros mais não restam que apagados vestígios, quando não apenas o registo daquele investigador ([fig. 2](#)).

Posteriormente, novas explorações arqueológicas têm sido feitas e novos monumentos foram revelados. A eles nos referiremos.

Boa parte das povoações lafonenses, sobretudo nas zonas mais elevadas, tem a sua origem em castros ou encontram-se nas vizinhanças de algum reduto castrejo abandonado de que, por vezes, um topónimo é o que resta de tão recuados tempos. Alguns dos antiquíssimos castros foram abandonados e as populações desceram para os vales, sobretudo para as proximidades dos rios. Outros, porém, continuaram a ser habitados e eram-no, ainda, quando chegaram os romanos, de quem vieram a sofrer grande influência. São os castros romanizados.

Como não podia deixar de ser, Lafões não escapou à ocupação romana. A região era sulcada por vasta rede de estradas, de que chegaram até nós alguns troços e pontes. A principal era a Estrada Romana Viseu-Águeda, que ficou conhecida por "estrada velha" e também por "estrada do peixe", porque, por vários séculos, era frequentada pelos almocreves da sardinha. Atravessava a região a sul do Vouga e dela restam alguns troços em razoável estado de conservação, nos concelhos de Oliveira de Frades e Vouzela.

Outra importante via era a estrada Viseu-Porto, mais tarde conhecida por "estrada dos almocreves", que atravessava o Vouga em Pedro do Sul. Dela restam alguns troços, em Arcozelo, Massarocas, a ponte romana de Manhouce, classificada "Imóvel de Interesse Público", por Decreto n.º 28/82, de 26 de Fevereiro.

Para além destes dois eixos, várias outras estradas de menor importância existiam em Lafões. Ao longo das estradas, marcos miliários assinalavam as distâncias em milhas. Vários deste marcos foram encontrados em Lafões.

Foi grande a importância das vias romanas. Os romanos foram-se, mas as estradas ficaram e nelas se decalcaram, praticamente, as vias medievais. Nalguns casos, continuaram mesmo a ser utilizadas para além da Idade Média.

Mas o mais importante vestígio deixado pelos conquistadores é o "Balneum" romano das Termas de S. Pedro do Sul, de que falaremos adiante.

Com a queda do Império Romano do Ocidente (476), a Região de Lafões passou a fazer parte do efémero reino suevo e, a seguir, do mais estável reino visigótico. Da fusão dos elementos germânico e românico, aglutinados pelo elemento religioso cristão, resultará uma população que, no século VIII, vai sofrer o embate da invasão muçulmana.

Porque o domínio muçulmano no norte do país foi pouco duradouro, não abundam vestígios materiais da ocupação. Eles existem, contudo, ligados à toponímia, aos costumes e à tradição lendária².

Com o avanço da Reconquista cristã, sobretudo depois das conquistas de Fernando Magno a sul do Douro, incluindo Viseu, a Região de Lafões vai-se desenvolvendo populacionalmente. As populações rurais dispersam-se por "villas", propriedades rústicas, granjas ou herdades, mais ou menos isoladas. Foram estas propriedades rústicas que, desenvolvendo-se e aglutinando-se, vieram a dar origem às primeiras povoações.

II

PATRIMÓNIO CULTURAL DO CONCELHO DE

S. PEDRO DO SUL ([fig. 3](#))

Imaginemo-nos saídos de Viseu, a caminho de S. Pedro do Sul. Pouco antes desta Vila, à margem esquerda da estrada, encontraremos um conjunto senhorial do século XVIII. São as CASAS DA COMENDA DE ANSEMIL.

Na fachada principal da Casa, a Cruz de Malta assinala a posse da Comenda pela Ordem de S. João Baptista do Hospital e a data de 1745, o ano da reconstrução do edifício.

Mas a Comenda de Ansemil é muito mais antiga, anterior mesmo à fundação da nacionalidade. Nas Inquirições de D. Afonso III, disseram os jurados que "villa de Gogia est de Hospitali (...) et Domina Tarasia, Regina, dedit ipsam villam Hospitali", isto é, D. Teresa (mãe de D. Afonso Henriques) doou Goja aos Hospitalários, "podendo concluir-se, com segurança, - escreve o Dr. Alexandre Alves - que nesse tempo já os homens do Hospital estanciavam em Ansemil"³.

Já se fantasiou e se escreveu que, na Casa da Comenda, se alojou D. Afonso Henriques, quando, em 1169, veio ao Banho (Termas de S. Pedro do Sul) fazer tratamento. Em artigo que publicámos nesta revista⁴, mostrámos, com boas razões - e não vamos repetir os argumentos - que tal pretensão não tem o mínimo fundamento documental, ou sequer de tradição. E reforçávamos a nossa argumentação, escrevendo que, se a presença do rei na Comenda tivesse algum fundamento, o facto não teria escapado aos historiadores das várias épocas, nomeadamente ao probo investigador que é o Dr. Alexandre Alves, no seu trabalho "As Casas da Comenda de Ansemil", que atrás citámos.

Fechado este parêntesis, continuemos.

Com o decorrer do tempo, a Comenda tornou-se senhora de muitos bens. Uns lhe foram doados, outros foram comprados e de outros os comendadores se apoderaram pela força. Era vulgar os poderosos "filharem" bens, especialmente pertencentes à coroa.

A Comenda de Ansemil era poderosa. Tinha um capitão-mor e um sargento-mor, com cinco companhias de ordenanças - Ansemil, Ranhados, Boaldeia, Mortágua e Bustos - todos nomeados pelos comendadores. Dominava sete coutos em terras de Lafões e tinha bens em vários pontos do País, nomeadamente na cidade de Coimbra⁵.

Num período crucial da História de Portugal, foi a Comenda de Ansemil palco de um acontecimento importante, pelo contexto em que se inseriu, e ficou conhecido por LEVANTAMENTO POPULAR DE ARCOZELO. Deve-se ao Professor António de Oliveira, da Universidade de Coimbra, a divulgação deste acontecimento⁶. Do seu trabalho nos servimos.

Corria o ano de 1635. Portugal estava sob o domínio de Espanha. O governo procurava por todas as formas obter receitas e decretou o pagamento de "hum donativo voluntario". O povo estava já sobrecarregado pela carga fiscal. A cobrança do donativo correu bem em terras de Lafões, com excepção de Arcozelo, um dos coutos da vizinha Comenda de Ansemil, da qual, ao tempo, era comendador Frei Pedro de Araújo, que na Casa da Comenda vivia, juntamente com alguns familiares.

Em Julho de 1635, mandou o Corregedor de Viseu proceder à cobrança do imposto decretado. Quando o enviado do Corregedor chegou a Arcozelo, o povo, apoiado pelo Comendador, prendeu-o, recusou o pagamento e queimou o mandato. A recusa alastrou a outras aldeias da Comenda.

O Corregedor reenviou o "porteiro da correição", cobrador do imposto, que acabou por ser emparedado num curral de bois. "E - diz o auto lavrado- mandando elle corregedor a segunda hordem pello dito porteiro e por dous homens mais que vinhão em sua companhia, o ditto commendador os prendeu e mandou prender com muita gente armada e os meteo em sua casa em hua corte de bois e lhe mandou tapar a porta com pedra"⁷.

O Corregedor foi pessoalmente a Arcozelo "com seus officiães", a fim de dominar a rebelião e fazer a cobrança. "E chegando ontem a este ditto lugar mandou lançar pregão pello ditto porteiro da correição que nenhuma pessoa saisse pella manhã de sua casa porquanto tinha que fazer com elles o pedido do donativo, e indo elle corregedor oje (26 de Julho de 1635) polla manhã para o ditto efeito correndo as portas de todos elles não achou nenhum em casa e as portas fichadas por fora e muitos delles tambem trancados por dentro"⁸.

Quanto aos homens, nenhum apareceu. Pelos outeiros e caminhos tinham deixado espias, que vigiavam o Corregedor, que apenas os viu de longe, capitaneados por Pedro Lobato, filho bastardo do Comendador, e um seu irmão, Gaspar Lobato", com espingardas nas mãos". Outros barricaram-se na Casa da Comenda. Para lá se dirigiu o Corregedor, mas encontrou as portas trancadas. Apenas, numa das janelas, apareceu uma mulher, que foi encarregada de intimar Gaspar Lobato a comparecer numa ermida próxima, onde se esperaria que fossem pagar o donativo, enquanto se procedia à redacção do auto. Apareceu apenas um clérigo que disse ao Corregedor que fosse ele à Casa da Comenda.

A prudência do magistrado aconselhou-o a não se aproximar da Casa. Ali se encontravam "os dittos Gaspar Lobatto, e Pedro Lobatto amotinados com todos os homens destes lugares a sombra da caza da ditta comenda que he caza forte e de guerra com muitas seteiras no alto e no baixo para dahi ofenderem, e se defenderem (...) e porque elle corregedor se não achava com guente capas em numero para o prender nem seu officio era militar senão o de justiça, e por hora se não fazia força a officiães della mandou fazer este auto"⁹. E o Corregedor regressou a Viseu sem cobrar o donativo.

Tudo consta do auto levantado, que se encontra na Torre do Tombo e foi publicado pelo Professor António de Oliveira.

O levantamento popular de Arcozelo, em 1635, insere-se no clima de descontantamento que grassava em todo o reino, contra o governo filipino, e vai ganhar maior amplitude com os motins de Évora de 1637, culminando com o 1.º de Dezembro de 1640.

Com o triunfo do liberalismo e a conseqüente extinção das Ordens Religiosas, a Comenda de Ansemil passou a fazer parte da Fazenda Nacional. As casas e a quinta foram-se dagradando, até que, em 1984, foram adquiridas pelos actuais proprietários, que procederam a importantes obras de restauração e remodelação da casa.

Convertida em estância de turismo rural, ali se pratica agricultura biológica, especialmente na produção de vinho e frutas.

Seguindo em direcção a S. Pedro Sul, à entrada da Vila, ao lado direito da estrada e num plano um pouco mais elevado e antecedido por um belo jardim, encontra-se o SOLAR DE PALME, alongada mansão de finais do século XVIII, com dez janelas de sacada, tendo, ao meio, o brasão da família.

Poucos metros decorridos, ao cimo da Praça da República, está situado o PALÁCIO DO MARQUÊS DE RERIZ, pesada e imponente construção setecentista. Na fachada principal, quatro janelas e o brasão dos Almeidas, a encimar a portada. No flanco lateral, ao longo da Rua Direita, uma extensa fiada de janelas de sacada ([fig. 4](#)).

É "Imóvel de Interesse Público", por Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro.

No declinar do século XIX, ali se albergou, por mais de uma vez, a última Rainha de Portugal, nos períodos de tratamento nas Termas.

No fim da tarde do dia 5 de Junho de 1894, chegava a S. Pedro do Sul luzido cortejo de "mais de 30 carruagens", que, desde Viseu, acompanhava a rainha e os infantes D. Luís Filipe e D. Manuel. Após solene "Te Deum", na igreja matriz, a família real instalou-se no Palácio do, então, Conde de Reriz, onde permaneceu até ao dia 27. Na véspera da partida, chegava D. Carlos, que ali pernoitou, regressando a Lisboa toda a família real ([fig. 5](#)).

No ano seguinte, a Rainha voltou e de novo se albergou no Palácio do, agora, Marquês de Reriz, título que lhe havia sido concedido, em paga do fidalgo acolhimento do ano anterior. De 18 de Maio a 11 de Junho, a nobre mansão passou a ser, de novo, uma pequena corte. Os próprios convites que a Rainha endereçava eram encimados pela expressão "Real Paço de S. Pedro do Sul".

Imagine-se o que terá significado, em alteração da rotina e pacatez da vida sampedrense, a presença demorada da Rainha de Portugal, com as damas da corte que a acompanhavam, condes e marqueses, carruagens, forças e bandas militares, guardas de honra, a visita do rei, recepções, touradas, concertos musicais, serenatas pela academia viseense e outras manifestações festivas! Do ambiente que se vivia é uma amostra o que se passou no dia 22 de Maio de 1895. Foi dia de grande gala. Com solenidade, festejou-se o nono aniversário do casamento da Rainha. Bem expressivo é o relato feito, dois dias depois, pelo bissemanário viseense "A Liberdade":

"A recepção no Palacio de Reriz, convertido agora (...) em Paço Real, foi imponente e uma das maiores, senão a primeira manifestação de respeito e veneração á Familia Reinante.

Era já notavel a concorrência de cavalheiros e damas que das duas cidades do districto, das suas imediações, e dos concelhos de Castro Daire, Vouzella, Oliveira de Frades, Tondella, Mortagua, Sattam, Santa Comba Dão e de outras localidades, quando a Rainha, de manhã, regressou das caldas (...) e durante todo o dia foi extraordinario o movimento de trens (...) Cerca de duas horas da tarde teve lugar a recepção de gala.

O salão principal do palacio Reriz transformado em sala de throno parecia realmente um salão da côrte.

Alli S.M. e SS. AA. receberam as homenagens respeitosas devidas a uma rainha, que é um compendio de virtudes, de tudo o que n'este districto ha de grado na aristocracia, na burocracia, no comercio, nas artes".

Segue-se uma extensa lista de autoridades e instituições: governador civil, presidentes das câmaras e administradores de quase todos os concelhos do distrito, generais da região militar, juizes, delegados, funcionários de todos os sectores, bombeiros, representantes das Misericórdias de Viseu, S. Pedro do Sul e Vouzela, Asilo da Infância Desvalida, Confraria de Santo António, Montepio Viseense, etc. E mais longa é a lista de damas e cavalheiros, entre muitos, os marqueses de Reriz, os condes e condessas de Prime, de Figueiredo Magalhães, de Beirós, Visconde de Nandufe, barão da Costeira, a família de Palme, etc. Era a fina flor da nobreza beirã, ostentando medalhas e condecorações nos seus trajes de gala, a prestar homenagem - nalguns casos provavelmente a derradeira - à última Rainha de Portugal.

E, pelo fim da tarde, foi a homenagem da tuna académica de Viseu, "composta de 20 e tantos estudantes de capa-batina, com laços de seda verde no hombro direito (...) executando perante S.M. e AA. (...) estando no Paço até à meia noite".

De tudo isto e muito mais o Palácio de Reriz foi palco. Em trabalho que publicámos, pelo centenário da primeira vinda da Rainha D. Amélia, baseados em relatos da imprensa da época, fizemos a descrição minuciosa do que foi a sua presença em terras de Lafões e das suas visitas a Viseu¹⁰.

Ao lado do Palácio do Marquês de Reriz, separada pelo estreito espaço da Rua Direita, situa-se a IGREJA DE SANTO ANTÓNIO, barroca, com a sua bela fachada e sacada de janela tripla, encimada pela simbologia da Inquisição.

Ao fundo da Praça, a residência senhorial setecentista da família Correia de Lacerda, conhecida por CASA DAS PAULAS, com bela entrada e oito janelas de sacada.

À ilharga do Adro, a IGREJA MATRIZ, de reduzido valor arquitectónico, e a CASA QUINHENTISTA, em boa cantaria. Na frontaria, duas portadas de arco de volta perfeita e quatro janelas manuelinas, denticuladas e ornamentadas com esferas e pingentes ([fig. 6](#)).

Um pouco mais abaixo, no lado direito da estrada que segue para as Termas, o SOLAR DOS CONDES DA LAPA, alongada construção seiscentista, que enquadrava um largo espaço, hoje totalmente urbanizado, que foi a sua Quinta. Da traça primitiva restam a fachada, com as onze janelas características da época, ladeando o brasão, e a bela e extensa alpendrada lateral.

Subindo a Rua Direita, em direcção ao Cimo de Vila, encontram-se ainda algumas casas antigas, uma delas com pedra de armas, junto à CAPELA DE S. SEBASTIÃO.

Logo acima, o CONVENTO FRANCISCANO DE S. JOSÉ, construção edificada na segunda metade do século XVIII.

Sobre a sua história, publicou o Dr. Alexandre Alves um bem elaborado e rigoroso estudo, em que, para além de dar conhecimento público do minucioso inventário feito aquando da sua extinção, faz uma primorosa descrição do estado actual da Igreja, Sacristia e Claustros¹¹. A sua fundação está relacionada com a presença de religiosos franciscanos, frequentadores das Caldas de Lafões, onde vinham, anualmente e em número que justificou a construção de um hospício privativo. De facto, em 16 de Novembro de 1725, o Ministro Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição pedia ao Cabido da Catedral de Viseu - a cadeira episcopal estava vaga, por morte do bispo - licença para "erigir um hospício junto das Caldas de S. Pedro do Sul, para preparação e convalescença dos religiosos enfermos da dita Ordem, que todos os anos costumam tomar o remédio dos Banhos". Foram os Franciscanos autorizados a "erigir o Hospício e Casa de Convalescença na quinta que para esse efeito

lhes dá, junto do lugar de Fermil, D. Maria Josefa de Almeida, do dito lugar, ou em as vizinhanças da Vila de S. Pedro do Sul ou em outro qualquer sítio que parecer mais conveniente, nas vizinhanças das ditas Caldas..."¹².

A Ordem de S. Francisco tinha grande aceitação em S. Pedro do Sul. Tinha a sua sede na Capela de S. Sebastião, no Cimo de Vila, e nela estavam filiadas pessoas de todas as classes sociais, especialmente da nobreza. E foi precisamente a poucos passos desta capela que nasceu o Convento Franciscano.

Mas, se a concessão da licença foi rápida, não o foi o começo das obras. Só em 1751 - haviam passado 26 anos - foi fundado. As obras prolongaram-se, pois, só 27 anos depois do seu início (1778), foi contratada a execução das obras de pedraria das escadas da entrada, ficando para contrato posterior o cruzeiro que se encontra ao fundo da escadaria ([fig. 7](#)).

É pobre a história do Convento, que, como comunidade, só teve 83 anos de existência. Como aconteceu com todas as casas religiosas, pela lei de 30 de Maio de 1834, foi extinto pelo regime liberal e os seus bens incorporados na Fazenda Nacional. Para o efeito, foi elaborado um inventário rigoroso e exaustivo de todo o património do Convento, desde o edifício, com todas as suas dependências, a igreja, o claustro, a cerca, a mata, os objectos do culto divino, até aos móveis, as roupas, as alfaias agrícolas, os animais, como a "porca prenhe, avaliada em Dois mil réis" e objectos de uso comum, como o simples "caneco de pau para a água, já muito estragado, avaliado em Quarenta réis". Tudo discriminado e avaliado, peça por peça, como pode ler-se no inventário publicado pelo Dr. Alexandre Alves¹³. E, depois do inventário, a arrematação em praça pública.

A Câmara de S. Pedro do Sul procurou tirar o maior partido possível da extinção do Convento e movimentou-se no sentido de lhe serem concedidos "o edifício para residência do pároco, Casa da Câmara, Hospital e Aulas; a Cerca para cemitério, dos arcos do Aqueduto para baixo, o resto da horta, construindo-se uma fonte pública". Repetido o seu pedido, em anos sucessivos, a Câmara logrou, finalmente, alcançar os seus intentos, por Decreto de 22 de Outubro de 1842.

Estranhamente, quarenta e quatro anos depois, a despeito de a incorporação dos bens da Igreja na Fazenda Nacional ser um facto consumado, a Câmara de S. Pedro do Sul, como se não reconhecesse força suficiente ao decreto de 1834 e receando ter incorrido em penas canónicas, entendeu que deveria obter a chancela da Igreja e enviou ao representante do Papa uma petição. Deu a conhecer os textos da petição e da resposta o Padre Alberto Poças, que os transcreveu de livros existentes na Câmara e se devem ter perdido no incêndio de 1967.

"...Em Outubro de 1842 concedeu o governo portuguez à câmara da villa de S. Pedro do Sul, o extinto convento e mata dos capuchos (...) ela aceitou, e como legal possuidora e administradora conserva-se na posse de tais bens; transformando parte do dito convento em várias repartições cuidando muito da conservação e aceio da bela igreja, mudando a fonte dos frades em chafariz público (...) fazendo em parte da mata um cemitério público, aproveitando outra parte para mercado (...) e, finalmente, depois de pela mesma mata passar uma estrada real (...) vendendo vários terrenos para habitações (...)

Agora, porém, reflectindo a câmara actual que taes bens serão eclesiásticos e receando ter incorrido em censuras e penas canónicas, vem perante V.^a Ex.^a Rev.ma Digníssimo Representente de S. Santidade neste reino, solicitar a absolvição tanto para si como p.^a as câmaras tranzactas, e também a permissão de, como até aqui, possuir, administrar e até mesmo alhear moderadamente parte dos ditos bens".

A resposta do Núncio Apostólico foi que "...absolvemos, na forma q. nos pediu, aos oradores q. obtiveram e possuem o convento dos frades Franciscanos Capuchinhos com a sua respectiva igreja, mata e mais pertenças na villa de S. Pedro do Sul, das censuras e quaesquer penas Eclesiásticas em que encorressem tendo por válida a posse e retenção do dito convento e suas ditas pertenças.

E admittimos à compensação os ditos oradores p.^a o que darão a quantia de 20\$000 r.es (vinte mil reis) - moeda portugueza que se gastará no conserto do orgão da igreja (...) e aplicando os sobejos quando os haja p.^a a fábrica da igreja, p.^a a manutenção do Culto Divino, construção do cemitério público. (...) Feito o q., podem os oradores possuir válida e licitamente taes bens "14

Com as devidas obras de adaptação, foi o edifício do antigo Convento transformado em Paços do Concelho, albergando, em simultâneo, diversas repartições públicas: Tribunal Judicial, Repartição de Finanças, Conservatórias do Registo Civil e Registo Predial e até Cadeia.

O pavoroso incêndio de 20 de Abril de 1967, para além da perda de uma vida humana, o jovem Manuel Farreca, que ali ficou, na defesa abnegada do património público, deixou o velho edifício quase reduzido às paredes. Escaparam a Igreja e o Claustro.

Reconstruído e modernizado, é hoje o magnífico edifício dos Paços do Concelho, totalmente ocupado pelos serviços da Câmara Municipal ([fig. 8](#)).

Anexa e aberta ao culto, continua a Igreja do Convento, de traça franciscana, a que se tem acesso pela escadaria, que tem ao fundo um artístico cruzeiro.

Recentemente, a Câmara Municipal mandou proceder a obras de beneficiação do Claustro e de recuperação do Órgão de tubos, que, na noite de 24 de Novembro de 1996, fez de novo ecoar os seus sons, num solene concerto de inauguração.

O edifício do Convento é "Imóvel de Interesse Público", por Decreto n.º 32.973, de 18 de Junho de 1943.

Também pelas outras freguesias do concelho de S. Pedro do Sul se encontram testemunhos do passado que constituem valioso património histórico.

Se o viajante seguir o vale do rio Sul, chegará a uma terra que tem uma história rica. Foi sede do antigo Concelho de Sul, com foral concedido por D. Dinis. O PELOURINHO ([fig. 9](#)) - adulterado por um azulejo com a imagem da Nossa Senhora, que alguém teve a infeliz ideia de mandar colocar na sua base, mas que é tempo de ser retirado - e uma casa brasonada que serviu de CASA DA CÂMARA atestam, ainda, a antiga municipalidade, que se manteve até 1855.

Se o viajante continuar a subir, encontrará no alto da serra, a CAPELA DE S. MACÁRIO ([fig. 10](#)), o Santo penitente que levava brasas nas mãos sem se queimar, mas nem por isso ficou insensível perante uma mulher bonita¹⁵. Felizmente para a santidade que soube resistir! Se não, teríamos um santo a menos! E santo com muitos devotos! No último domingo de Julho, ali se realiza uma das mais típicas e concorridas romarias populares. Ali acorre gente proveniente não só das redondezas, mas de muitas regiões distantes, desde o Satão a Sever do Vouga, Arouca, Vale de Cambra e Terras da Feira. E, ao longo do ano, é local turístico muito visitado. Do alto do monte, o visitante ficará deslumbrado com os rasgados horizontes que dali se desfrutam, a contrastar com os abismos da PENA, aldeia enterrada numa cova, onde o sol desaparece mais cedo.

Do S. Macário, poderá dar um salto a Manhouce, outra aldeia típica. Ainda que mais não fosse, para ouvir os melódicos cantares das suas gentes, a voz da Isabel Silvestre e a magia da música do GRUPO ETNOGRÁFICO DE TRAJES E CANTARES DE MANHOUCE, que, através de Portugal e do mundo, vai espalhando a alma do povo.

Em Carvalhais, merece visita o CASTRO DA CÁRCODA ([fig. 11](#)), situado num contraforte da serra da Arada, a cerca de 2,5 Km. da sede da freguesia. Tem um área que se calcula de 10 hectares. Foi revelado em 1954 pelo Prof. Correia Tavares, que deu primeira notícia pública¹⁶. Desde logo, suscitou o interesse de especialistas, nomeadamente dos Professores da Universidade de Coimbra, Amorim Girão e Bairrão Oleiro, que, por delegação da Junta Nacional de Educação, passou a orientar o Prof. Tavares nas

sondagens efectuadas. Em duas campanhas de escavações, realizadas em 1954 e 1955, foram postas a descoberto 24 das muitas dezenas de casas que formam o castro. Em 1956, o Prof. Tavares, em comunicação ao XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Coimbra, apresentou o resultado das suas pesquisas. Em trabalho posteriormente publicado, dá conta do que foi a sua actividade, nos anos de 1954-55¹⁷. Tivemos ocasião de acompanhar parte dos trabalhos, em visita que fizemos à Cárcoda, na companhia do Dr. Bairrão Oleiro, então, nosso professor de Arqueologia.

Após essas campanhas, o Castro da Cárcoda permaneceu vinte anos sem que as escavações prosseguissem, até que, em 1975, o Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu procedeu a terceira campanha de escavações, sob a direcção do Cónego Celso Tavares da Silva. Das escavações foi publicado relatório¹⁸.

Em 1976, foi a quarta campanha, cujo relatório é um estudo bem documentado¹⁹. Aí se conclui das dificuldades de estabelecer os limites cronológicos da sua ocupação, mas que ela se manteve, pelo menos, "até finais do século III, comprovada por um fragmento de vidro característico da época".

Os vestígios encontrados indicam uma fundação por alturas do Bronze Final. Da Colecção da Assembleia Distrital fazem parte variadas peças do espólio recolhido, constituído por "objectos líticos, materiais em bronze e ferro, moedas romanas, fragmentos de vidro e cerâmica vária . (...)

Faz também parte deste castro um importante conjunto de gravuras rupestres, dispersas por 15 rochedos"²⁰.

. Recentemente, foi o Castro objecto de novos trabalhos.

Pelo seu elevado interesse, o Castro da Cárcoda foi classificado "Imóvel de Interesse Público", por Decreto n.º 40.361, de 20 de Outubro de 1955.

Não longe, outro reduto do mesmo género, o CASTRO DA SENHORA DA GUIA, também conhecido por CASTRO DE BAIÕES, cerca de 3 Km. da sede do Concelho.

Segundo a tradição, registada por Frei Agostinho de Santa Maria, tinham os Mouros "huma fortaleza, ou atalaya, que era o seu receptaculo & a ladroeyra de donde sahião a roubar e infestar os Cristãos". Invocaram estes o auxílio da Virgem Maria e, em cumprimento de um voto, lhe edificaram uma ermida. E "porque a Senhora os guiou, & lhes deu vencimento contra seus inimigos, lhe impuserão o titulo de

Guia". Diz ainda que "cavando no mesmo sitio, se tem achado pedaços de ouro lavrado, como argolas & outras cousas semelhantes"²¹.

O abade de Baiões, em 1758, em resposta aos Inquéritos Paroquiais, repete a história e escreve: "Por esta tradição ainda hoje nestas partes alguns curiosos ou mais propriamente loucos escavam em várias partes do outeiro persuadidos que poderão encontrar algum tesouro deixado pelos Mouros"²²

Não eram tão loucos como isso os escavadores de tesouros, pois, quando, em 1947, se procedia a obras junto da Capela, foram encontradas três valiosas jóias - dois colares e um bracelete - em ouro maciço, com o peso total de 1559,4 gramas, que, presentemente, se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

No monte da Senhora da Guia, não existiu qualquer castelo mouro. Existiu, sim, um Castro muito mais antigo, que, só em 1973, foi objecto de escavações sistemáticas, sob a orientação Cónego Celso Tavares da Silva, então professor de Arqueologia do Seminário Maior de Viseu.

Do espólio recolhido foi feito um estudo, nomeadamente em laboratórios especializados de universidades estrangeiras, tendo-se concluído, quanto a datação, que o conjunto do espólio aponta para a primeira metade do séc. VII a.C. e o castro constitui "uma das mais antigas manifestações da cultura castreja"²³.

Os materiais recolhidos - objectos líticos, cerâmica variada, objectos de bronze - fazem parte da Colecção Arqueológica do Seminário Maior de Viseu.

Pouco resta do castro, que foi destruído pelas obras da capela, do adro e vias de acesso.

Pelo Dec-Lei n.º 26-A/92 de 1 de Junho, ao Castro da Senhora da Guia, Capela e Adro foi atribuída a categoria de "Monumento Nacional".

Quem seguir pela estrada que de S. Pedro do Sul leva a Vale de Cambra e, um pouco depois de passar Santa Cruz da Trapa, junto á povoação da Gralheira, flectir à esquerda, encontrará o MOSTEIRO DE S. CRISTÓVÃO DE LAFÕES, situado num lugar ermo, à Beira do Baroso, a cerca de 10 Km. da vila de S. Pedro do Sul ([fig. 12](#)).

Dois nomes andam ligados à fundação do Mosteiro: Frei João Cerita e João Peculiar. Para o cronista Frei Bernardo de Brito, o fundador foi João Cerita, no que teve seguidores. Para isso, contribuiu a inscrição

existente no túmulo da velha igreja do Mosteiro, onde se lê: "AQUI IAZ O CORPO DO SANTO ABAA DE FR IOAO SIRITA PF DESTE MOSTEIRO". Aqui se lhe chama fundador. Este epitáfio é, porém, tardio, obra daqueles que, erradamente, lhe atribuem a fundação. Já Brandão, ao referir-se à sepultura, dizia que bem se via ser obra moderna. E acrescentava que havia outro epitáfio mais antigo, que era do seguinte teor: "IOANNES ABBAS CIRITA REXIT MONASTERIUM SANCTI IOANNIS, SANCTI CHRISTOPHORI SALZEDAE, SANCTI PETRI, CLARUS VITA, CLARUS MERITIS, CLARUS MIRACULIS, CLARET IN COELIS. OBIIT DECIMO KALENDAS IANUARIJ ERA M. CC. II."24.

Note-se que este epitáfio, o mais antigo, não lhe chama fundador, mas diz apenas que regeu o Mosteiro de S. Cristóvão.

Não há qualquer dúvida de que o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões foi fundado por D. João Peculiar. A carta de couto de Valadares ao Mosteiro claramente lhe chama fundador, "per manus Ioannis Portugalensis Episcopi (era então bispo do Porto) praefati loci fundatoris", enquanto a João Cerita chama apenas prior, "Ioanni Ciritae eiusdem loci Priori".

Em virtude do papel importante que foi chamado a desempenhar na vida da nação, João Peculiar teve de deixar o Mosteiro e foi Cerita quem aí veio a desempenhar o mais importante papel, o que levou alguns a considerarem este frade o fundador.

Não se sabe o ano exacto da fundação. O próprio Brandão não é categórico e diz que devia ser pelos anos de 1120, pouco mais ou menos. O cronista não andarà longe da verdade, porquanto são conhecidas doações ao Mosteiro datadas de meados da década de vinte.

Nos primeiros tempos, professaram os frades - tudo o leva a crer - a regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Passaram, depois, à regra de S. Bento, que já professavam em 1161, como consta da carta de couto da Trapa e Paçô, onde se diz que o Abade e todos os seus irmãos "ordinem sancti Benedicti tenent uel tenebunt". Pouco tempo depois, passaram à Ordem de Cister, onde se mantiveram.

O Mosteiro de S. Cristóvão era rico e poderoso. A sua riqueza provinha de doações reais e de doações ou testamentos de fidalgos, cavaleiros-vilãos ou mesmo vilãos. D. Afonso Henriques doou-lhe os coutos de Valadares, Trapa e Paçô.

As Inquirições de D. Afonso III de 1258, os registos feitos por Viterbo e os inventários elaborados em 1834, aquando da extinção, dão-nos uma ideia dos vastos domínios do Mosteiro. Para além de vários

coutos, era senhor de grande número de herdades, espalhadas por toda a região de Lafões e por outros locais do País.

Era grande o poder dos Abades de S. Cristóvão. Entre os mosteiros cujos abades eram "Abades Magnates", que "têm território próprio e separado em que exercitam quase toda a jurisdição ordinária", Viterbo inclui os Abades de S. Cristóvão, que, nos seus coutos, "exercitam a jurisdição episcopal, sem contradição dos bispos de Viseu". Logo adiante, porém, cita uma sentença dada pelo Cónego Vicente Mendes, auditor do bispo de Viseu, em 1291, da qual se conclui que "no Mosteiro de S. Cristóvão de Alafões, não há monumento que prove a competência da jurisdição episcopal aos seus abades e sendo certo que, na Catedral de Viseu, igualmente não há memória de que os bispos lha cedessem, fica manifesto que só a prescrição legítima lhes pode sufragar"²⁵.

Tivessem ou não esse poder, parece que os Abades ainda dele se arrogavam em fins do século XVII, a avaliar por um documento datado de 1694, que vimos transcrito em "Domingo Ilustrado", pelo qual se impunha o pagamento de um débito a um morador no couto da Trapa, sob pena de excomunhão. Nele se lê: "Frei António Pinto, Dom abade do mosteiro de sam Cristóvam a quem in solidum pertence a jurisdiçam episcopal e temporal no civil no seu couto da trapa (...) Pello que Autoritate Apostolica de que nesta parte uzamos, mando em virtude da S.ta Obediencia, e sob pena de excomunhão ipso facto incurrenda...". Segue-se a ameaça de aplicação da pena, se o devedor não pagasse ao Mosteiro o seu débito, no prazo de três dias, após a publicação da carta. Dois legistas amigos teriam dito ao Abade que aquele arrazoado não era legal, ao que ele terá respondido que sempre assim fizera e com bons resultados.

Tal como outros mosteiros da Ordem de Cister, o de S. Cristóvão de Lafões, ao longo de sete séculos, passou por períodos de grandeza e períodos de decadência. Num trabalho rico de informação, em que publicou o minucioso Inventário do Mosteiro, o Dr. Alexandre Alves mostra-nos que a sua trajectória se desenrolou em três fases: a fase ascendente e próspera dos primeiros séculos; a fase decadente, que se terá prolongado pelo século XVI e seguinte e se agravou com um incêndio que destruiu a igreja; e a fase de reconstrução, iniciada em meados do século XVII. "A reconstrução do Mosteiro de S. Cristóvão teve início na segunda metade do século XVII, prolongando-se os trabalhos por toda a centúria seguinte, não estando ainda perfeitamente concluída a obra, quando da promulgação do decreto de 30 de Maio de 1834 que extinguiu em Portugal as ordens religiosas. A igreja foi reedificada pela terceira vez em 1704, após um incêndio"²⁶.

Em finais do século XVIII, Frei Manuel de Figueiredo, cronista alcobacense, citado por Alexandre Alves, faz do Convento de S. Cristóvão de Lafões a seguinte descrição: "... é um edifício moderno que, para substituir o antigo, arruinado por um incêndio, foi reedificado de novo com as suas próprias rendas e as contribuições de outros mosteiros da Congregação. Ainda não estava acabado, mas nisso se trabalha actualmente. Tem uma boa igreja, as dependências suficientes, 11 celas mais outra que não está terminada. Tinha 10 religiosos antes da proibição geral de receber noviços, e presentemente tem o mesmo número".

Em consequência do decreto promulgado pelo regime liberal, em 30 de Maio de 1834, que extinguiu as casas religiosas pertencentes às Ordens Regulares, o Convento de S. Cristóvão de Lafões, após sete séculos de vida, foi extinto. O Mosteiro e o resto do edifício contíguo à igreja foram avaliados em 14 contos de réis. Tal preço não seduziu ninguém e o Mosteiro ficou por arrematar, até que, mais tarde, foi comprado por particulares, continuando em progressiva degradação. Só a Igreja não se degradou, por permanecer como igreja paroquial.

Muito tempo havia de passar até que as ruínas do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões chegassem às mãos de um novo proprietário, o Dr. Walter Osvald, que procedeu a uma esmerada restauração do edifício conventual ([fig. 13](#)).

Seguindo em Direcção à freguesia de Serrazes, não muito longe da estrada, encontra-se um dos mais antigos sinais de povoamento da região, a PEDRA ESCRITA DE SERRAZES. É um monólito granítico, com cerca de 2,5 m. de altura por 2 m. de largura. Tem gravadas, numa das faces, insculpturas que representam várias circunferências concêntricas e rectângulos divididos à maneira de quadriculado ([fig. 14](#)).

Amorim Girão dá-lhe como data aproximada o séc. X a. C., mas é muito difícil fixar-lhe uma cronologia.

Quanto ao significado dos sinais gravados, deixa várias hipóteses. Poderiam ser estilizações da figura humana, representando uma dança fúnebre ou comemorações de qualquer feito importante, ou teriam um significado mágico relacionado com a caça; poderiam ser sinais esteliformes ou sinais astrais, representando os signos de Zodíaco ou constelações. Amorim Girão parece preferir a hipótese de sinais astrais, por, em sua opinião, terem semelhança com os símbolos druídicos do Sol e da Lua, podendo representar as fases deste planeta, para fixar a data de certos sacrifícios ou cerimónias religiosas; poderiam, ainda, indicar o culto destes astros, representando os sinais quadrangulares, constelações ou

outros símbolos astronómicos com influência na vida humana, segundo a mentalidade dos povos primitivos²⁷.

Tudo não passa de meras hipóteses, porque também, neste domínio, não é possível chegar a conclusões minimamente fundamentadas.

Qualquer que seja o significado, a verdade é que, depois de Amorim Girão, alguns estudiosos, mais ou menos especialistas, pouco nos têm dito.

Não há muito, o artista gravador sampedrense David de Almeida tirou vários moldes da Pedra e das insculpturas, elaborou modelos, que apresentou em exposições internacionais, com eles obtendo um Prémio de Gravura.

A Pedra Escrita foi catalogada como "Imóvel de Interesse Público", por Decreto n.º35532, de 15/3/1946.

Ainda na freguesia de Serrazes, no lugar de Ferreiros, na margem direita do Vouga, fica o CASTRO DO BANHO. O seu nome advem-lhe da proximidade das Termas, antigamente designadas por Banho. É um castro romanizado. Pelo seu estudo se interessaram Amorim Girão, José Coelho, Russell Cortez e Bairrão Oleiro, que, em 1954, procedeu a uma breve campanha de escavações, preparando esta estação arqueológica para escavações ordenadas - que nunca chegaram a realizar-se -, ligando as casas postas a descoberto nas sondagens anteriores e deixando à vista para cima de 30 casas, presumindo-se que o seu número ultrapasse a centena. Em entrevista então concedida à imprensa, Bairrão Oleiro assinala a importância do castro: "O que torna ainda o castro interessante é a densidade das construções, o modo como se escalonam e o tipo de construções cavadas na rocha. Há casa redondas, quadradas e ovais e algumas das casas com planta elaborada com distinção de vários compartimentos. Na rocha, escavaram-se rampas de acesso e encontram-se degraus. Numa das casas, quase na necrópole, surgiram bancadas largas e curvas. com 6,8 metros de comprimento e 30 cm. de altura. Do espólio do Castro recolheram-se telhas, ímbrices, pesos de tear, mós manuais, pregos de ferro, cerâmica doméstica vulgar, terra sigilata e hispânica, uma fíbula de bronze completa, moedas de Constantino (306-376 d. C.) e de Constante (333-350 d. C.) e outra de Galiano. Mas a origem do Castro é muito remota, certamente, bem com a de dezenas de outros espalhados pela região de Lafões".

O espólio encontrado perdeu-se quase totalmente. O pouco que resta encontra-se na "Coleção da Assembleia Distrital", que inclui cerâmicas e 14 moedas, e na "Coleção Arqueológica do Dr. José

Coelho", de que se destaca uma peça de cerâmica romana do séc. II da era cristã, bela taça de sigillata hispânica decorada com círculos concêntricos e outros elementos²⁸.

À longa sobrevivência do povoado do Castro não será alheia a vizinhança das Termas. Sendo impossível saber quando começou o povoamento, "podemos pensar que uma ocupação intensa do morro teria começado apenas no séc. I d. C., quando se findou o edifício termal na margem esquerda do Vouga. (...)

Povoado fracamente ocupado na Época do Ferro, profundamente romanizado no séc. I e com ocupação medieval, parece ser a conclusão a retirar dos elementos conhecidos do Castro do Banho".²⁹.

É "Imóvel de Interesse Público", por decreto n.º 41.191, de 18 de Julho de 1957. Encontra-se actualmente em lamentável estado de abandono.

Ainda em Serrazes, situa-se o SOLAR DOS MALAFAIAS ([fig. 15](#)), que, em 1917, foi palco de um crime passionnal - o Crime de Serrazes - que teve repercussão no País, apaixonou a opinião pública e mobilizou a imprensa da época. Este solar está em bom estado de conservação, ao contrário de outro solar da mesma família, em Santa Cruz da Trapa, que se encontra em lamentável estado de ruína ([fig. 16](#)).

Descendo em direcção ao Vouga, chegamos às Termas de S. Pedro do Sul, onde se encontra um dos mais importantes testemunhos da presença dos romanos no País, o BALNEUM ROMANO. Os conquistadores trouxeram com eles os hábitos de Roma. As águas quentes que ali encontraram e tanto apreciavam foram por eles aproveitadas em pleno e passaram a ter um uso intensivo, com finalidade terapêutica e como local de luxo, prazer e vida social. Na margem esquerda do Vouga, edificaram as suas Termas, constituídas por piscinas e outras construções, de que restam ruínas, soterradas umas, a descoberto outras. E acabaram mesmo por dar o nome à localidade: Banho, derivado de Balneum.

As campanhas de escavações realizadas puseram a descoberto várias piscinas, uma delas exterior, cujas ruínas estão hoje a descoberto. Um grande cipo com uma inscrição dedicada a Mercúrio - que seria um deus protector das Termas, possivelmente venerado em templo ali existente - e os fustes e capitéis jónicos de grandes colunas, encontrados na primeira campanha de escavações, realizada em meados da década de 50, fazem supor um conjunto muito mais vasto que se encontra soterrado.

Outras lápides com inscrições foram encontradas junto do Balneum. Uma dedicada a Júpiter, cujo paradeiro se ignora, outra mutilada, difícil de reconstituir. O que importa destacar é que todas as inscrições fazem referência às águas, a mostrar que toda a vida da localidade gravitava em torno das Termas.

Sobre o Balneum Romano, escreveram os arqueólogos que procederam às últimas escavações: "Apesar de ainda não completamente escavado e de a organização interna dos vários espaços já identificados estar só parcialmente entendida, este edifício constitui, pelos vestígios que ainda preserva, o melhor exemplo conhecido em Portugal do que foi um balneário medicinal romano"³⁰ ([fig. 17](#)).

A frequência das Termas implicava, para além dos balneários, a existência de um conjunto de anexos, nomeadamente alojamentos para os frequentadores. Muito será o que está soterrado. As Termas de Lafões constituíram, ao tempo, um importante foco de difusão da cultura romana no norte do País.

Depois dos romanos, as águas continuaram a ser procuradas por muitos doentes. Ali existiu a GAFARIA DO BANHO, uma das mais antigas de que há memória.³¹ Rezam as crónicas que, sobretudo a partir das cruzadas, muitos gafos, sobretudo leoneses, ali tinham instalações, em pleno século XI, o que parece confirmar que teriam sido leoneses os fundadores da Gafaria, quando aquelas terras ainda faziam parte do reino de Leão.

Junto da Gafaria, existia também a ALBERGARIA DO BANHO, para acolher quem ali vinha, em busca de alívio.

Mas nem só os leprosos ali vinham. As águas eram também muito procuradas para cura das doenças venéreas, "... vierão os gallicados de todo o mundo tomar antes esta estufa com regimento de salsa parrilha"³².

A PRESENÇA DE D. AFONSO HENRQUES vai alterar profundamente a vida das velhas Caldas. Já em 1152 o primeiro rei havia concedido foral ao Banho, que passou a ser um dos mais antigos concelhos do Portugal nascente. Dezassete anos depois, tendo ficado a sofrer de uma perna, em consequência do desastre de Badajoz, D. Afonso Henriques procurou nas velhas Caldas de Lafões alívio para os seus padecimentos. Em Setembro de 1169, meses depois do desastre, ali estava em tratamento e, no dizer de Pires da Sylva, com os banhos, "ficou tão são, que ficou capaz de vencer muitas mais batalhas"³³. Isto acrescentou o médico das Termas de sua lavra, no desejo de fazer a apologia das águas. A verdade é que, a darmos crédito a Duarte Galvão, depois do desastre, o rei "nunca mais quiz - ou não pôde, talvez! - cavalgar em besta (...) andando en colo de homens, e outras oras en carros"³⁴.

A vida da localidade foi profundamente alterada. Ali reuniu várias vezes a Cúria Régia, com altos dignitários da corte e bispos e ali foram lavrados vários diplomas importantes. Referindo-se a um desses diplomas, escreve o Professor António Cruz: "E porque nada menos de cinco prelados figuram também

como intervenientes, poder-se-á concluir que a cúria reunia já com assinalada regularidade, da maneira mais simples ou com toda a solenidade, em Lafões"35.

Ali foram tomadas decisões de importância nacional, como é o caso da doação à Ordem do Templo da terça parte dos bens que viessem a ser conquistados para além do Tejo. "Facta scriptura mense Septembrio apud Alafoen"36.

Não cabe aqui a análise de todos os diplomas ali lavrados. Citemos apenas - porque à região se refere - a carta de confirmação da doação do Couto de Oliveira de Frades ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que diz: "Facta est huius cauti firmitudo mense Nouembrio Era M.^a CC.^a VII.^a quando rex uenit de Badalioz et iacebat infirmus in balneis de Alafoen"37, isto é, " no mês de Novembro de 1207 (1169 da Era de Cristo) quando o rei veio de Badajoz e estava enfermo nos banhos de Lafões". Nele se refere também a presença de D. Sancho (que já tinha responsabilidades governativas e veio tomar parte na reunião da Cúria), D. Urraca e D. Teresa, que, diz Pires da Sylva, "padecia de arrotos chocos".

Quando o rei veio às Termas, as antigas Gafaria e Albergaria estavam em muito mau estado, pelo que o rei mandou repará-las. Diz-se ainda que mandou construir um paço para sua residência, uns "estaus" (casa para alojamento da corte e pessoas de qualidade) e o edifício dos banhos. Ainda hoje existe a piscina oficialmente designada por "Piscina de D. Afonso Henriques" ([fig. 18](#)), que está classificada como monumento nacional (Decreto 28.536 de 22 de Março de 1938). A verdade, porém, é que a arqueologia revela que o conjunto termal é obra dos romanos e a piscina onde o rei tomou banhos foi por eles construída, em substituição de uma outra desactivada, aquando das grandes alterações introduzidas nas Termas, no século I. Quanto ao paço, Pires da Sylva não fala nele. Antes diz que se aposentou numa casa que, no seu tempo - dele, Pires da Sylva - era designada por "Casa de D. Joseph". Não cabe aqui um aprofundamento deste problema.

Mais de oito séculos passados, imaginemos o que terá significado, para toda a Região de Lafões, a presença demorada do real enfermo, com os seus acompanhantes, e toda a movimentação provocada pelas reuniões da Cúria Régia, largamente participadas.38.

Depois da vinda do Rei, nobres e plebeus, ricos e pobres continuaram a procurar as águas do Banho. Diz-se que por lá terão passado D. Dinis, D. João I e sua mulher, o Duque de Lencastre, D. Duarte e sua mulher, o Infante D. Pedro, o Infante D. Henrique e os duques de Viseu seus sucessores. Escasseiam dados seguros sobre a presença de todas estas personagens. É natural que algumas por lá tenham passado, particularmente os príncipes de Avis, pela sua ligação a Viseu.

De particular interesse se revestiu a presença de D. Manuel I em terras de Lafões. Não está provado que ele tenha vindo a tratamento, embora se diga que veio tratar dos seus males herpéticos. Tivesse ou não usado as águas, certo é que o Rei Venturoso dotou a Vila do Banho com o HOSPITAL REAL DAS CALDAS DE LAFÕES, com património próprio para o seu sustento, constituído por 24 casais³⁹. Nas chancelarias reais, abundam os documentos que a ele se referem..

Funcionava o Hospital nas casas do conjunto termal que, vindo do tempo dos romanos, foi sofrendo alterações, ao longo da Idade Média, e D. Manuel, agora, mandava ampliar, o que veio trazer uma profunda mudança na estrutura e modo de funcionamento das Caldas, a começar pelo uso das águas, que passou a estar sob o controlo do Hospital.

Sob a sua orgânica e funcionamento, em finais do século XVII, dá-nos o médico das Caldas, Pires da Sylva, em 1696, na obra atrás citada, uma descrição até ao pormenor. Não cabe aqui tão extenso e interessante relato.

No primeiro quartel do século XIX, outro médico, Joaquim Baptista de Sousa, dá-nos novas informações detalhadas sobre o funcionamento do Hospital, que apresentava substanciais diferenças.

Com o declinar do século XIX, aproximava-se o fim do Hospital. As Misericórdias de Lafões, com os hospitais de S. Pedro Sul e Vouzela, vieram assumir a função assistencial que, antes, coubera ao Hospital Real das Caldas de Lafões. Não significa que as Termas tenham diminuído de importância. Ao contrário, desenvolviam-se cada vez mais como estância termal, mas a que já não cabia qualquer função hospitalar. Do Hospital Real das Caldas de Lafões ficaram as ruínas, que o temporal de 1995 se encarregou de ainda mais desmantelar.

Nas duas últimas décadas do século XIX, as Termas passaram por uma profunda transformação. O velho Hospital Real já não satisfazia minimamente as crescentes necessidades das Termas e a Câmara de S. Pedro do Sul empreendeu a construção de um novo Balneário. Uma placa colocada na frontaria assinala o ano de 1884. O bi-semanário viseense "O Commercio de Viseu" de 11 de Julho de 1886, em notícia sobre as Termas de S. Pedro do Sul, escreve: "Prosperam de dia para dia estas magnificas Thermas, sem contestação as melhores do paiz. (...) O novo edificio para banhos vae já muito adiantado, tendo até já sido inaugurado o clube, que nos dizem ficará em breve á altura das exigencias da sociedade escolhida que o frequenta".

Dez anos após o início da construção e setecentos e vinte e cinco anos depois de o primeiro rei de Portugal ter procurado as águas das velhas Caldas de Lafões, a última rainha de Portugal ali se deslocava, também, para o mesmo efeito. Como já escrevemos, ali se banhou a monarquia portuguesa, desde a monarquia nascente à monarquia agonizante, passando pela monarquia venturosa 40. Vem a propósito corrigir um erro que várias vezes temos visto escrito, relativamente à data da construção do balneário. Ainda recentemente, em "Desenvolver", Boletim dos Associados da Lusitânia, n.º 10, Julho 2000, se escreveu que a construção do balneário data de 1895 - o que está errado -, que foi frequentado pela última rainha de Portugal - o que está certo - e que esta já teria estado nas Termas em 1828 - o que está errado e até seria impossível. D. Amélia nasceu em 1865.

A assinalar a primeira visita, mandou a Câmara colocar, na frontaria do balneário, uma placa com a coroa real e a inscrição: "RAINHA D. AMÉLIA 6 DE JUNHO DE 1894". E, no átrio, um medalhão de mármore de Carrara, com o busto da Rainha.

Instalada no Palácio de Reriz, durante vinte e dois dias, D. Amélia deslocava-se diariamente a fazer tratamento. Na véspera da partida, também D. Carlos visitou as Termas.

No ano seguinte, a Rainha voltou. Três dias antes da sua saída de Lisboa (15 de Maio de 1895), foi publicado um decreto, pelo qual as Caldas de Lafões passavam a chamar-se THERMAS DA RAINHA D. AMÉLIA. E, durante vinte dias, a Rainha frequentou as Termas que agora tinham o seu nome.

Voltou pelo terceiro ano consecutivo e, desta vez, teve a visita do Rei, que pelas Termas andou, diz o repórter, "tirando varias photographias com machina instantanea".

Veio ainda pela quarta vez, depois de um ano de interrupção.

O seu nome ficou profundamente ligado a S. Pedro do Sul e às Termas. Também o balneário passou a chamar-se "BALNEÁRIO RAINHA D. AMÉLIA" ([fig. 19](#)).

Os anos vinte do passado século foram marcados por grande e prolongada controvérsia, sobre a exploração da águas. Ficou conhecida por QUESTÃO DAS TERMAS. Em 1921, a Câmara de S. Pedro do Sul resolveu entregar a exploração a entidade particular que ampliasse os balneários, construísse um bom hotel, casino, parque e melhorasse a captação das águas. Em consequência, estalou um violento conflito entre a Empresa Diniz & C.ª L.da, concessionária da exploração, e a maioria dos habitantes das Termas, com destaque para os proprietários dos prédios rústicos e urbanos que a Empresa pretendia expropriar a preço do valor matricial de há 40 anos. Dividiram-se as opiniões e a imprensa local toma posições. O

"Lafões", de Oliveira de Frades, encabeçava a oposição à Empresa. O "Povo da Beira", de S. Pedro do Sul, encabeçava a facção que a defendia. A intervenção do "Grémio Lafonense em Lisboa" foi ineficaz. Em Março de 1925, a Câmara deliberou rescindir o contrato e retomou a exploração das águas. O conflito arrasta-se pelas décadas de vinte e de trinta, com recurso aos tribunais. A Empresa Diniz e C.ª L.da havia, entretanto, começado a construção de um monumental Hotel. No "Povo da Beira" de 30 de Janeiro de 1936, escreve o Director, Ferreira de Almeida: "...em breve o Palacio Hotel deve estar pronto a entrar em plena actividade". E, no VI Congresso Beirão, nesse ano realizado em Coimbra, propõe que o Conselho Regional das Beiras delegue num dos seus membros o encargo de intervir e interceder junto do proprietário do Palácio Hotel a abertura deste ao público. Mas o impasse continuou. Quinze anos haviam passado após a concessão da exploração das águas e onze após a rescisão do contrato. Ao longo deste tempo, entremeado de controvérsias e demandas, foi-se arrastando a construção do hotel. Em 1943, um hoteleiro profissional toma a exploração do imponente "Palace Hotel". Pouco tempo durou a exploração, que redundou num fracasso económico. E o que foi uma das mais importantes unidades hoteleiras do País acabou por encerrar, hipotecado por dívidas à Caixa Geral de Depósitos. Em degradação progressiva, valeu o facto de, em 1959, o Ministério das Corporações ter adquirido o imóvel, para nele instalar a "Colónia de Férias António Correia d'Oliveira" da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que as transformações políticas operadas em 1974 converteram numa unidade do INATEL. Entretanto, como as instalações se foram tornando inadequadas, em 1993, o INATEL encerrava para obras, reabrindo em 31 de Março de 1997, com o nome de INATEL PALACE, e pode considerar-se, no género, uma das melhores unidades.

Entretanto, o velho Balneário Rainha D. Amélia, que, durante mais de um século, funcionou em pleno, tornava-se insuficiente para as Termas mais frequentadas do País e o NOVO BALNEÁRIO, inaugurado em 1987, veio dar resposta às necessidades terapêuticas dos mais de 20.000 aqistas que, anualmente, as frequentam.

Se quiséssemos sintetizar a história das Termas, diríamos que ela está patente nos seus quatro balneários, símbolos de quatro épocas: O Balneário Romano, o Balneário Medieval, o Balneário Rainha D. Amélia e o Balneário Actual. ([fig. 20](#))

Entre os valores de qualquer terra, os valores humanos não são os menos importantes. No passado e no presente, não tem faltado a S. Pedro do Sul gente de valor. Aqui nasceram ou aqui se radicaram e desta terra fizeram suas pessoas que, nas mais diversas actividades, marcaram lugar de destaque. Dos que a morte já levou, a maior parte ficou no anonimato, mas, nem por isso, é menor o mérito da sua acção. De

outros, porque a natureza das suas actividades os tornou mais destacados, a história guarda o seu nome.

Se quiséssemos estabelecer dois marcos temporais, escolhendo duas personalidades ilustres, por oito séculos distanciadas, escolheríamos D. João Peculiar, no século XII, e o Poeta António Corrêa d'Oliveira, no século XX.

D. JOÃO PECULIAR é uma das figuras mais notáveis de Portugal, no século XII. Não se sabe exactamente onde nasceu, mas há fortes probabilidades de que tenha nascido nas proximidades de S. Cristóvão de Lafões, cujo Mosteiro fundou. Viterbo dá-o como filho de um casal de ricos proprietários locais, que teria financiado a construção. Passando depois a Coimbra, foi o maior colaborador de D. Telo, na organização do Mosteiro de Santa Cruz. Em 1136, foi sagrado bispo do Porto e, em 1138, arcebispo de Braga. Era já a maior figura da Igreja Portuguesa.

Foi notável a sua acção política. No encontro de Valdevez, serviu de mediano para a trégua entre os reis de Portugal e Castela. Em 1143, em nome de D. Afonso Henriques, foi a Roma, entregar a carta de enfeudamento de Portugal à Santa Sé e prestar vassalagem ao papa. Em 1147, foi o emissário escolhido para propor aos mouros a capitulação pacífica da cidade de Lisboa. A Roma, fez sete viagens, a tratar dos interesses portugueses junto da Santa Sé, "podendo, segundo o modo de ver contemporâneo, chamar-se-lhe o ministro dos negócios estrangeiros de D. Afonso Henriques, uma vez que procurou garantir no campo diplomático as conquistas militares do monarca.. (...) Merece ser considerado um dos heróis fundadores da nossa pátria"⁴¹.

ANTÓNIO CORREIA D'OLIVEIRA (1879-1960). Nasceu na Rua Direita, em 30 de Julho de 1879. Concluída a instrução primária, ingressou no seminário, que acabou por abandonar. Na sua terra natal, iniciou o contacto com as musas. Em 1894, com 15 anos apenas, quando a Rainha D. Amélia permanecia em S. Pedro do Sul, o adolescente poeta que então despontava dedicou-lhe o poema "A Rainha nossa Mãe". A este encontro não terá sido estranha a protecção que a Rainha sempre lhe dispensou, nomeadamente a concessão do cargo de amanuense na Procuradoria Geral do Reino, que, aos 19 anos, foi ocupar, em Lisboa. Fazer contas e copiar documentos não terá sido muito compatível com fazer versos. Mas o estômago - mesmo o dos poetas - tinha as suas necessidades!

Em 1897, publicou "Ladainha", escrito em S. Pedro do Sul, primeiro livro de uma vasta obra que iria ter grande aceitação, entre as camadas intelectuais da época e do grande público.

Em 1908, com 30 anos, é membro da Academia das Ciências de Lisboa e não tardará a ocupar, na Academia Brasileira de Letras, a cadeira que fora do escritor francês Émile Zola.

Monárquico, a implantação da República fez surgir nele o desejo de emigrar. Deteve-o Guerra Junqueiro, que lhe apontou o dever de ficar.

Em 1935, presta-lhe homenagem a Academia de Coimbra e, em 1937, é recebido e homenageado no Brasil.

O casamento levou-o a fixar residência em Belinho (Esposende), onde compôs a maior parte da sua obra e onde morreu em 20 de Fevereiro de 1960.

MANUEL CASIMIRO DE ALMEIDA é outro filho de S. Pedro do Sul. Nasceu no Bairro da Ponte, em 1854. Concluída a escola primária, cursou o Liceu, em Viseu. Aos 18 anos, partiu para o Brasil, para se dedicar ao comércio, mas a permanência foi curta. Em 1880, fixou residência em Viseu, onde casou. Pelo seu dinamismo e poder de iniciativa, em breve se tornava figura de relevo na sociedade viseense. Fundou a Corporação de Bombeiros Voluntário de que assumiu o comando, até ser nomeado Inspector dos Serviços de Incêndios. Pelos serviços prestados à causa dos Bombeiros, recebeu vários louvores e condecorações. Dedicou-se a variadas obras de solidariedade social e desempenhou cargos directivos em várias instituições viseenses. Como industrial, foi proprietário do "Hotel Portugal", ao tempo uma das boas unidades hoteleiras do País.

Toureu, como amator, ao lado de Carlos Relvas, que, impressionado com a sua arte, o incitou a enveredar pela carreira profissional na tauromaquia. Obteve grandes êxitos, em praças portuguesas e estrangeiras, nomeadamente na corrida realizada em 1906, pelo casamento do rei Afonso XIII, em Madrid, onde toureu ao lado de seu filho José. Toureu também no Brasil e em França.

Na sua terra natal, onde começou como amator, toureu também como profissional, aquando da estada da última rainha de Portugal. Deixemos ao cronista o relato de uma dessas touradas:

"Eram 5 horas precisas quando S. M. com seus encantadores filhos, as sr.as condessa do Seisal e D. Izabel Pontes, e os srs. conde da Ribeira Grande, e Dr. Barros da Fonseca, governador civil e secretario geral d'este districto occuparam a tribuna real. Esta estava luxuosamente adornada com colgaduras de damasco e seda, de subido valor tendo no tampo uma corôa real bem contornada e trabalhada em madeira domada, e com pavilhão real içado, (...) Nos camarotes contigos a elite da nossa sociedade, da de Vizeu, e outros pontos as autoridades, e muitos outros cavalheiros de distincção.

A praça (...) estava apinhadíssima. As toilettes das damas davam á praça um aspecto simplesmente bello. Estavam mais de 4:000 pessoas, e maior numero seria se fosse possível comportar mais. (...)

O espectáculo correu bem. Manoel Casimiro foi felicíssimo, correcto e artista. O primeiro touro que lidou era muito conhecedor. Não correspondia aos cutes e o cavalleiro só poudo enfeitá-lo com um ferro á estribeira. O outro que lhe competiu (o quarto) prestou-se á lide, e mettu-lhe um ferro em sorte de gaiola, um excellentemente posto á tira, outro á garupa e um bello par de ferros curtos. Manoel Casimiro foi muito victoriado e chamado á arena"⁴².

Em Viseu, brilhou também nas touradas em honra da Rainha.

A sua brilhante carreira de cavaleiro tauromáquico terminou em 28 de Agosto de 1921, na praça de Espinho, onde toureou pela última vez.

Manárquico convicto, envolveu-se em lutas políticas, nomeadamente na tentativa de restauração da monarquia em Viseu e outras terras da Beira, em 1919, o que lhe custou alguns dissabores. Morreu em 1925.

Na praça de touros do Campo Pequeno, uma lápida com medalhão de bronze perpetua a memória do brilhante cavaleiro tauromáquico sampedrense, iniciador de uma dinastia de artistas, que inclui a viseense Mirita Casimiro, seu filho José e seus netos, Manuel e José Casimiro Júnior, todos toureiros equestres.

ADELINO RAPOSO, outro cavaleiro tauromáquico nascido em S. Pedro do Sul. Ignorado antes de o termos dado a conhecer, em artigo que escrevemos na imprensa local,⁴³ alcançou, todavia, projecção nacional e mesmo internacional, chegando a formar parilha com o grande Alfredo Tinoco, na Praça Monumental de Madrid.

É natural que, na sua terra natal, tenha actuado em vários anos. Mas, de notícia certa, sabemos que toureou em 29 de Junho - dia das festas de S. Pedro, padroeiro da terra - e em 1 de Julho de 1894. Ao anunciar Adelino Raposo como cavaleiro contratado para as duas touradas, escrevia a seu respeito a imprensa viseense: "O conceituado artista nasceu em S. Pedro do Sul, a 23 de fevereiro de 1857. Conta portanto, 37 annos d'idade. (...)

Estreiou se em julho de 1889, na praça de Aldeia Gallega, (...) Adelino tem já trabalhado em muitas praças do paiz (...) Do seu grande arrojo, mais uma vez deu provas, no dia 25 de julho de 1893, em que,

na companhia do grande cavalleiro Alfredo Tinoco, trabalhou na Real Praça de Madrid touros desembolados, sendo o seu trabalho devidamente apreciado pelos madrilenos."44.

Em 8 de Julho de 1894, Raposo toureava na praça de Viseu, como cabeça de cartaz.

Adelino Raposo não era um toureiro qualquer, mas um artista consagrado, com créditos firmados em Portugal e Espanha.

III

PATRIMÓNIO CULTURAL DO

CONCELHO DE VOUZELA ([fig.21](#))

Vouzela é terra muito antiga, onde se encontram abundantes testemunhos do seu rico historial.

A jóia mais preciosa do seu património histórico é a IGREJA MATRIZ, consagrada a Nossa Senhora da Assunção ([fig.22](#)).

Documentos do século XI falam de um mosteiro -"monasterium" - ou basílica - "baseliga" - existente em Vouzela: "...Christus Domnis inuictissimis sanctisque martiribus ac triumphatoribus sanctorum martirum sancta maria et sancti Saluatoris et sancti michael archangeli cuius baseliga fundata est in uilla quos uocitant uacella subtus mons aguto (Castelo) territorio alahouene (Lafões) discurrente ribulo uauga . Obinde ego famulus dei daui et matrona et cidi quasi frater indignum et peccatorem damus et concedimus..."45. Segue-se a descrição dos bens doados. O documento é datado de 1083.

Documentos pouco posteriores voltam a referir-se ao mosteiro de Vouzela. Entre eles, um de 1113, em que se lê: "nos omnes neptos et neptas de Cidi Davidz de illo monasterio de Vauzela"46. Por estes documentos se deduz que este Cidi Davi deve ter sido o fundador do mosteiro.

No século XIII, os termos "monasterio" e "baseliga" desaparecem e, em sua substituição, aparece sempre o termo "ecclesia", o que se deve à instituição das paróquias. Nas Inquirições de D. Afonso III (1258), um jurado, interrogado sobre o padroado da Igreja de Vouzela "dixit, quod illi, qui descendunt ex progenie de Zidyelo et de Domno Davy, sunt patroni, et presentaverunt eidem ecclesie"47.

Quer se lhe chame "baseliga" (1083), "monasterio" (1113) ou "eclesia"(1258), a igreja mantém-se sempre na família daquele Domno Davi, o que nos fornece dados importantes sobre a origem da actual Igreja Matriz de Vouzela. Obras nela operadas, em diversas épocas, introduziram-lhe algumas alterações, mantendo-se, contudo, as características estruturais⁴⁸.

É um magnífico templo, classificado como "Monumento Nacional", por Decreto n.º 8.216, de 29 de Junho de 1922.

A encimar o portal gótico e no florão central da abóbada da igreja está o brasão de armas dos Almeidas e, no muro lateral esquerdo, uma inscrição que assinala o túmulo de Fernão Lopes de Almeida e sua mulher.

Eram os Almeidas senhores da CASA DA CAVALARIA. Nas Inquirições de D. Afonso III (1258) se lê que, em Vouzela, existia "unam caballariam forariam Regis"⁴⁹. Não se tratava de cavalarias de fidalgos, mas de cavalarias de origem popular, vulgares na Beira, simples quintas destinadas à manutenção de gente militar. Isso mesmo se vê nas Inquirições de 1288, que mais não fazem que confirmar as anteriores: "no loguar que chamã vouzela ha hua Cavallarya Dom?es lavradores que he Cavallarya del Rey".

Tudo leva a crer que aquele Domno Davi, cavaleiro-vilão e fundador da igreja, estava à frente da cavalaria vouzelense. A cavalaria de Vouzela acaba por passar de vilã a fidalga, sem que se saiba exactamente quando. Sabe-se, porém, que, em meados do século XIV, estava na posse de fidalgos, pois, em 15 de Outubro de 1358, foram confirmados a Gonçalo Mendes de Vasconcelos, alcaide-mor de Coimbra, privilégios que a propriedade já tinha⁵⁰. Nesta família se conservou até que, em 1497, foi vendida a Fernão Lopes de Almeida, com licença régia e confirmação dos privilégios antigos: "Dom manuel rei (...) pedindo-me o dito fernam lopez que por quanto elle per nosso prazer e consentimentos comprara a dita quintaã de cavalaria a dom Joham de vasconcelos conde de penela (...) Hemos por bem e confirmamos e outorgamos ao dito fernam Lopez o dito privilegio cõ todas aquelas liberdades e franquias"⁵¹.

A carta, datada de 17 de Maio de 1497, serviu a Braamcamp Freire para contrariar a tradição de que na Casa da Cavalaria nasceu DUARTE DE ALMEIDA, o DECEPADO. Mas vai mais longe, afirmando que o herói de Toro não só não nasceu na Casa da Cavalaria, como não eram seus antepassados, nem talvez parentes próximos, os Almeidas donos dela⁵².

De facto, se a Casa da Cavalaria entrou na posse dos Almeidas em 1497 e a batalha de Toro foi em 1476, não pode lá ter nascido o Decepado. Braamcamp inclina-se para que tenha nascido em Santarém, porque ali casou, viveu e teve propriedades.

Nada disso prova que lá tenha nascido. Também em terras de Lafões foi proprietário. D. Afonso V, para galardoar os serviços prestados por Duarte de Almeida, a quem intitula "fidalgo de minha casa e meu alferez", fez-lhe doação da sobrevivência da "terra e celeyro de moçamedes que he na comarca da Beyra e termo de sã p.^o de sul", para seu filho primogénito, como o alferes a tinha de El-Rei⁵³. Parece-nos bem significativa a posse de Moçâmedes a curta distância de Vouzela. Duarte de Almeida não aparece senhor de Moçâmedes por acaso. É que o senhorio da terra andava na posse dos Almeidas havia quase um século.

Do mesmo modo, os Almeidas senhoreavam a Quinta de Vilharigues, pouco acima de Vouzela. Sabe-se, por documentos das chancelarias reais, que, em 1476, ali vivia Afonso Lopes de Almeida, coudel de Lafões. Ainda hoje existem ruínas da Torre de Vilharigues, que faria parte da mansão dos Almeidas. E foram precisamente os Almeidas de Vilharigues que, em 1497, compraram a vizinha quinta da Cavalaria, o que torna cronologicamente impossível que, nesta quinta, haja nascido o Decepado. Mas, de modo algum, torna impossível que o herói da Toro tenha nascido em Vilharigues. Ora, como os Almeidas de Vilharigues passam a ser os Almeidas da Cavalaria e como esta propriedade, pela sua importância e situação, ganha preponderância sobre aquela, daí as confusões e o dizer-se que Duarte de Almeida nasceu na Casa da Cavalaria. A contribuir para aumentar a confusão, o facto ali ter nascido, mais tarde, outro Duarte de Almeida. Entre outros, Esteves Pereira diz que D. Manuel "deu a provedoria das Caldas a Duarte d'Almeida, o Decepado"⁵⁴. Está errado. A nomeação de provedor foi em 1527 e este Duarte d'Almeida era filho daquele Fernão Lopes d'Almeida, comprador da Casa da Cavalaria. O Decepado havia morrido muitos anos antes.

Braamcamp Freire diz claramente: "Não posso dizer quem foi o pai de Duarte de Almeida". Limita-se a ensaiar hipóteses de filiação favoráveis à sua tese de nascimento em Santarém. Porém, a sua argumentação está longe de ser decisiva. A despeito da autoridade de Braamcamp, continuamos a pensar que Vouzela é a sua terra natal e Vilharigues o lugar onde nasceu.

Quanto à Casa da Cavalaria, nela foi instalado e funcionou, durante muito tempo, o Hospital de Vouzela.

Referência especial merece também a CAPELA DE S. FREI GIL, com a sua frontaria em estilo D. João V ([fig.23](#)). Nela se conserva e venera uma relíquia constituída pelo maxilar inferior do santo vouzelense.

Foi a relíquia trazida para ali, em 1626, como pode ver-se por certidão dessa data, passada pelo prior do Convento de Santarém, na qual se diz que a cedência da relíquia foi pedida pelo Dr. António de Escovar de Tavares, que era corregedor de Santarém e natural de Vouzela, "daonde também o era o bemaventurado Padre sam frey Gil Religioso da Ordem do nosso Glorioso Patriarcha Sam Domingos, o qual esta sepultado neste Convento daonde foi Prelado".

Muito se tem escrito sobre S. FREI GIL, misturando-se, não poucas vezes, a realidade e a lenda. Almeida Garret, Eça de Queirós, Teófilo Braga, António Correia d'Oliveira, João Grave e outros, com mais ou menos fantasia literária, mais ou menos pormenores, todos envolveram a vida do santo numa atmosfera de maravilhoso sobrenatural e romanesco, a lembrar o "Fausto", de Goethe. Em troca da sabedoria e da sua iniciação na magia negra, Gil teria vendido a alma ao diabo, num pacto que selara com o próprio sangue. Depois dos maiores desvarios, desiludido da ciência, renunciara ao mundo, amortalhando-se no seio dos frades dominicanos. Este é o lado lendário da sua vida.

Mas, para além da auréola de sobrenatural, lenda e fantasia literária que envolvem a sua figura, certo é que S. Frei Gil foi vulto notável da cultura portuguesa e mesmo europeia do século XIII. Desde catedrático da Universidade de Paris, a Provincial da Ordem Dominicana.

Outros valiosos elementos integram o património histórico da centro da Vila. Abundam em Vouzela casas nobres com os seus brasões de armas. Entre elas, algumas casas quinhentistas.

Frente à Capela do santo vouzelense, o EDIFÍCIO DO ANTIGO TRIBUNAL DA COMARCA, restaurado, onde estão instalados o Museu Municipal e o Posto de Turismo.

No ANTIGO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO está instalada a Biblioteca.

Logo abaixo, na rua de S. Frei Gil, a CASA DOS TÁVORAS, com o seu brasão picado, em consequência da perseguição pombalina àquela família.

Na Praça da República, a CASA DAS AMEIAS, a IGREJA DA MISERICÓRDIA e o PELOURINHO DA FORÇA, que esteve situado na Praça Morais de Carvalho, foi depois deslocado para o Largo da Escola do Conde de Ferreira e acabou por vir parar à Praça ([fig. 24](#)).

Merecem ainda referência a FONTE DA PEPINA, que pertenceu à família dos Távoras e foi deslocada do seu lugar primitivo, devido à construção da estrada, e a FONTE DA NOGUEIRA, na margem esquerda do rio Zela, ao cabo da rua de S. Frei Gil. Numa pedra ao seu lado, ainda hoje se podem observar as armas

de D. Luís (filho de D. Manuel, pai do Prior do Crato e Duque de Viseu), pelo que é também conhecida por Fonte de D. Luís.

Também pelas várias freguesias do concelho de Vouzela se encontra valioso património. Em alguns locais, sinais de povoamento que remontam a tempos muito recuados. De alguns monumentos mais não restam do que apagados vestígios. Às vezes, um simples topónimo.

Merecem especial referência:

A ANTA DE MERUJE, em Carvalhal de Vermilhas, e a ANTA DO VENTOSO, em Fornelo do Monte.

O MENIR DAS PEDRAS ALTAS e o MENIR DE ASNEIROS, ambos no Monte Lafão, freguesia de Fataunços.

O CASTRO DO ZIBREIRO, em Alcofra; o CABEÇO DO CASTRO, em Fornelo do Monte; o CRASTO, em Vilharigues; o CASTRO DO CABEÇO DO COUÇO, na freguesia de Campia. Este castro deve remontar à Idade do Bronze, cerca de mil anos antes de Cristo. Nele se podem ainda observar duas muralhas em bom estado de conservação. Escavações arqueológicas realizadas puseram a descoberto restos de três casas circulares, em pedra, e revelaram vestígios de outras casas mais antigas. Do espólio encontrado fazem parte cerâmica variada, utensílios de pedra, objectos de metal, objectos de adorno⁵⁵. Foi recentemente classificado como "Imóvel de Interesse Público".

Troços de estrada e pontes da VIA ROMANA VISEU-ÁGUEDA encontram-se, ainda, com alguma frequência. Entre os mais conservados, o troço que descia de Carvalhal do Estanho, por Figueiredo das Donas, até à Ponte Pedrinha e Bandavizes, freguesia de Fataunços, e a calçada romana de Alcofra.

No adro da Igreja de Vouzela, foi encontrado um MARCO MILIÁRIO, que assinalava a Milha XVIII. Era dedicado ao imperador Tácito.

Mais tardias são as TORRES SENHORIAIS, construídas para o final da Idade Média.

A TORRE DE VILHARIGUES, de que já falámos, a propósito dos Almeidas e do Decepado de Toro. Está muito desmantelada, pois muita da sua pedra foi retirada para a construção da capela de Santo Amaro ([fig. 25](#)).

. A TORRE DE CAMBRA, entre os rios Couto e Alfusqueiro. Tinha três pisos. Do primeiro, em que se entrava por uma porta de arco ogival, subia-se aos outros pisos por uma escadaria ([fig. 26](#)).

A TORRE DE ALCOFRA, situada em Cabo de Vila, freguesia de Alcofra. É a que se encontra em melhor estado de conservação. Como as outras, tem forma quadrangular. Tem janelas, no último andar. A meia altura da Torre, uma porta em arco ogival, a que se subia por uma escada de madeira. No interior, há ainda vestígios do soalho divisório dos pisos. Esta Torre está, com toda a probabilidade, ligada ao senhorio do Couto de Alcofra, a que já as Inquirições de 1258 se referem, ainda que a Torre seja de construção posterior ([fig. 27](#)).

A imaginação popular atribuía frequentemente aos Mouros aquilo que era antigo e cuja origem desconhecia. Assim acontecia com monumentos cuja existência, em alguns casos, antecedia milhares de anos a vinda dos Mouros. Em torno destes monumentos, foram-se tecendo variadas lendas, onde não faltavam as belas mouras encantadas, que guardariam fabulosos tesouros, em tenebrosas grutas e cavernas. A mais bela de todas é a LENDA DO TRIBUTO DAS DONZELAS, que merece ser contada.

Mauregato, filho bastardo de D. Afonso, o Católico, pretendendo usurpar o trono ao legítimo rei, seu sobrinho, teria feito uma aliança com Abd-el-Raman, Kalifa de Córdoba. Em troca do auxílio das tropas do Kalifa, em 783, comprometia-se a pagar um tributo anual de 100 donzelas para os haréns mouriscos. No ano seguinte, foram escolhidas seis donzelas de Lafões, para fazerem parte do tributo. Jam elas a passar por certo lugar, escoltadas por vinte mouros e quarenta castelhanos, quando um valente fidalgo lafonense, D. Guesto Ansur, namorado de uma das donzelas, chamada Orélia, atacou a escolta. No auge da luta, partiu-se-lhe a espada. D. Guesto, rapidamente, arrancou um ramo de uma figueira próxima, continuando a batalhar e acabando por libertar as donzelas. Levou a noiva para o seu solar, casaram e, como sempre terminam estes contos, viveram muito felizes.

Em honra da façanha, D. Bermudo I, em 789, deu a D. Guesto o apelido de Figueiredo e por armas um ramo de figueira. Mais determinou que o lugar passasse a chamar-se Figueiredo das Donas, em memória das donzelas.

Mas D. Guesto, além de valente cavaleiro, era poeta e teria celebrado o facto numa poesia que é das mais antigas da nossa língua, a célebre CANÇÃO DO FIGUEIRAL FIGUEIREDO:

"No figueiral figueiredo

a no figueiral entrey,

seis ninas encontrara

seis ninas encontrey,

para ellas andara

para ellas andey,

lhorando as achara

lhorando as achey,

logo lhes pescudara

logo lhes pescudey,

quem las maltratara

y a tão mala ley.

No figueiral figueiredo

a no figueiral entrei,

Vma reprecara

infançon nom sey

mal ouuesse la terra

que tene o mal Rey

seu las armas vsara

y a mim sse nom sey.

Se hombre a mim leuara

de tão mala ley,

A Deos vos vayades

Garçom ca nom sey

se onde me falades

mais vos falarei

No figueiral figueiredo

a no figueiral entrei.

Eu lhe reprecara

amim sse nom irey,

ca olhos dessa cara

caros los comprarei,

a las longas terras

entras vos me irey,

las compridas vias

eu las andarei,

lingoa de arauias

eu las falarei.

Mouros se me vissem

eu los matarei.

No figueiral figueiredo

a no figueiral entrey.

Mouro que las goarda

cerca lo achei,

mal la ameaçara

eu mal me anogei,

troncom desgalhara

troncom desgalhei,

todos machucara

todos machuquei,

las ninas furtara

las ninas furtei,

la que a mim falara

nalma la chantei.

No figueiral figueiredo

a no figueiral entrei"⁵⁶.

Frei Bernardo de Brito diz ter encontrado esta canção num velho cancionero de mão, pertencente a velhos campónios da Beira. Tem sido objecto de críticas de vários especialistas, desde João Pedro Ribeiro a Carolina Michãélis. A verdade é que Guesto Ansués não aparece nos Livros de Linhagens e não consta que, alguma vez, se tenha pago o tributo das 100 donzelas. Mas não há dúvida que se trata de uma bela lenda inspirada na presença dos Mouros em terras de Lafões.

Para além do seu património histórico, possui Vouzela belezas naturais só por si bastantes para atraírem o visitante. Quem subir ao MONTE GAMARDO, ao MONTE DA SENHORA DO CASTELO, admirável miradoiro sobre todo o vale de Lafões, ou percorrer o CIRCUITO DA PENOITA, ficará deslumbrado com as belas paisagens que dali se desfrutam.

E nem sequer falta uma raridade botânica, o "RHODODENDRON BAETICUM", vulgarmente conhecido por "LOENDRO", exemplar de um tipo de vegetação do Terciário. A sua floração vai de Maio a Junho, oferecendo um espectáculo de rara beleza. Encontra-se em vários pontos do Concelho, mas, em maior profusão, junto da povoação de Cambarinho, na freguesia de Campia. Por Decreto n.º 364/71 de 25 de Agosto, foi criada a "RESERVA BOTÂNICA DE CAMBARINHO", para protecção desta espécie rara e importante pelo seu valor científico, turístico e paisagístico. A Reserva ocupa uma área de 24 ha.

Tem esta terra de Lafões uma rica tradição culinária, com destaque para a doçaria regional, onde os típicos pastéis de Vouzela ocupam lugar cimeiro.

Pode Vouzela orgulhar-se de ter sido berço de notáveis varões que marcaram lugar na história.

Falámos já de S. FREI GIL e de DUARTE DE ALMEIDA, o DECEPADO DE TORO.

Em Vouzela, nasceu também JOÃO RAMALHO, o Patriarca dos Bandeirantes, que, após a descoberta do Brasil, ali se fixou e, em meados do século XVI, subiu o planalto de Piratininga e fundou a vila de Santo André da Borda do Campo. Foi Alcaide-Mor e Vereador da Câmara Municipal desta localidade, que está na origem da cidade de S. Paulo. Desde 1953, imponente monumento levantado a este filho de Vouzela assinala o importante papel que desempenhou no povoamento do sertão brasileiro⁵⁷.

PADRE SIMÃO RODRIGUES DE AZEVEDO é outro filho ilustre de Vouzela. Nascido em 1510, aos dezoito anos partiu para a Universidade de Paris, onde se relacionou com Inácio de Loiola, com o qual participou na fundação da Companhia de Jesus. Regressado a Portugal, com outro famoso jesuíta, Francisco Xavier, fundou a "Província Portuguesa da Companhia", sendo nomeado para o cargo de Provincial.

IV

PATRIMÓNIO CULTURAL DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES (fig. 28)

Em vários locais do Concelho de Oliveira de Frades, encontram-se recuados vestígios de povoamento, entre eles, importantes monumentos megalíticos. Merecem especial referência:

O DÓLMEN PINTADO DE ANTELAS, na freguesia de Pinheiro de Lafões. É um valioso exemplar da cultura megalítica. A galeria tem nove esteios e a câmara oito. O que o torna notável são as pinturas a vermelho e negro que se encontram nos esteios da câmara mortuária e constituem, segundo opiniões autorizadas, as mais belas pinturas megalíticas conhecidas em Portugal. Tem suscitado o interesse de

especialistas, nomeadamente Albuquerque e Castro, Veiga Ferreira e Abel Viana, que, em 1956, o exploraram, pondo-o a descoberto, mas novamente o enterraram, para evitar destruições de violadores. Foi recentemente escavado, ficando as pinturas à vista ([fig. 29](#)).

De muito interesse é o estudo que dele fez o Professor da Universidade Nova de Lisboa, Doutor A. Augusto Tavares, que nos dá uma descrição pormenorizada da anta e do seu espólio e apresenta algumas boas hipóteses interpretativas do significado da linguagem simbólica expressa pelas suas pinturas, que "fazem dele um monumento singular"⁵⁸.

Está classificado como "Monumento Nacional".

O DÓLMEN DE ESPÍRITO SANTO DE ARCA, na freguesia de Arca ([fig. 30](#)). É um dos mais belos dólmenes da Beira. E dos mais conhecidos, até porque a sua fotografia tem aparecido a ilustrar alguns compêndios escolares. A tampa mede 4,2 m. de comprimento, por 3,2 m. de largura e está sustentada por três altos esteios (há restos de outros, partidos) a 4,5 m. do solo, permitindo, como diz Amorim Girão, "passar-se a cavalo por baixo e impedindo subir a ela sem auxílio de uma escada"⁵⁹.

A este monumento megalítico anda ligada a lenda de uma moura que teria erguido a pedra e ali guardaria tesouros, dos quais alguns gananciosos já tentaram apoderar-se, sem que o tenham conseguido, apesar das rezas do livro de S. Cipriano.

Classificado como "Imóvel de Interesse Público", foi recentemente restaurado.

A PEDRA DAS FERRADURAS PINTADAS, na povoação de Benfeitas, freguesia de Destriz. É um laje de granito, com cerca de 6,5 m. de comprimentos por 3,5 m. de largura. Tem gravados vários sinais, já bastante apagados. Predominam sinais em forma de ferradura e muitos pontinhos. Não há indícios de cores ([fig. 31](#)).

A imaginação popular arranja sempre explicações mais ou menos lendárias. Ali estariam gravados "os pés de todos os animais que havia em outro tempo" e é também tradição que era naquele rochedo que "as Mouras traziam o ouro ao sol".

Na opinião de Amorim Girão, poderia ser a representação de corpos celestes e o conjunto representaria um mapa astronómico.

Com todo o respeito pela opinião do Mestre, preferimos pensar que tais sinais talvez se relacionem com cerimónias fúnebres, com representação estilizada da figura humana. A ferradura tem sido considerada pelos arqueólogos como o último grau de estilização da figura humana feminina e a ferradura com um traço ao meio dos dois ramos a estilização do homem. É notável a semelhança entre a Pedra das Ferraduras Pintadas de Benfeitas e os petróglifos do Sítio das Ferraduras de Ribelonga (Trás-os-Montes).

A PEDRA DOS CANTINHOS, no local chamado Cantinhos, próximo de Benfeitas. É outra laje com sinais gravados. Tem cerca de 2,5 m. de comprimento, por outro tanto de largura. Predominam sinais quadrangulares e trapezoidais. Para o povo, ali estariam representados moinhos de vento e instrumentos agrícolas, como pás, enxadas, gadanhas...

Amorim Girão assinala a semelhança da Pedra dos Cantinhos com os sinais do monumento de Cachão da Rapa (Douro) e outros monumentos da arte rupestre peninsular⁶⁰.

Da ocupação romana restam também, no Concelho de Oliveira de Frades, alguns vestígios importantes. Já vimos que a Região de Lafões era atravessada pela VIA ROMANA VISEU-ÁGUEDA, que estabelecia a ligação entre o litoral e o interior. Em algumas localidades do concelho, encontram-se ainda alguns TROÇOS DE ESTRADA em razoável estado de conservação, como os de Santiaguinho, Cajadães e Postasneiros (freguesia de S. Vicente de Lafões), Ral (freguesia de Pinheiro de Lafões), Entráguas (freguesia de Reigoso) e vários MARCOS MILIÁRIOS.

Em Reigoso foram encontrados dois marcos. Um deles servia de suporte a uma mesa redonda no adro da igreja. Tem forma de um tronco de cone. Mede 1,24 m. de altura por cerca de 1,36 m de perímetro de base. Contém uma inscrição dedicada ao imperador César Numereano, Pio, Feliz, Invencível, Augusto, Pontífice Máximo, Tribuno do povo, Cônsul, Pai da Pátria. Embora não refira qualquer localidade, a 28.^a milha assinalada, a avaliar pela situação do marco, deve ser a contar de Viseu.

Na mesma freguesia, foi encontrado outro marco miliário, na borda da eira pertencente à residência paroquial e mais tarde incorporado num muro da mesma residência, com inscrição dedicada ao imperador Constantino.

No lugar de Benfeitas, freguesia de Destriz, foram encontrados mais dois marcos, servindo de esteios a latadas. Um, dedicado ao imperador César Flávio Valério Constâncio, Pio, Feliz, Invencível, Augusto. Milha XXVI. Mede cerca 2,5 m. de altura por 1,10 m. de perímetro de base.

O outro é dedicado a Marco Aurélio Antonino Pio, segundo Amorim Girão o imperador Caracala, segundo Inês Vaz o imperador Marco Aurélio. Como quer que fosse, a inscrição é extensa, dizendo de quem é filho, neto, bisneto, trineto, todos os qualificativos do costume, cargos, o número de vezes que os desempenhou e a Milha XXXI, que assinalava. Tem forma cilíndrica, com 2,22 m. de altura por 1,74 m. de perímetro de base.

Foram estes marcos estudados por Amorim Girão e, recentemente, por Inês Vaz. Todos se encontram na Assembleia Distrital.

Nos primeiros tempos da nacionalidade, foi a "villa de Ulveira" doada ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, por D. Rodrigo Pais, alcaide daquela cidade, e sua mulher, Elvira Rabaldes, oriunda de uma das mais poderosas famílias de Lafões.

Dez anos depois, em 1169, D. Afonso Henriques, quando se encontrava nas Caldas de Lafões, confirmou a doação e coutou aos frades de Santa Cruz a "villa de Ulveira"⁶¹, que passou a chamar-se Oliveira de Frades, por pertencer aos frades de Coimbra e não aos vizinhos frades de S. Cristóvão, como erradamente se tem escrito. Amorim Girão, ao citar este diploma, escreveu: "E não deixa de ser interessante o facto de o território coutado ter sido objecto de uma primeira doação feita aos religiosos de Santa Cruz da Trapa por outro alcaide de Coimbra, de nome Rodrigo, e por sua mulher Elvira Rabaldis"⁶². Amorim Girão enganou-se. Foi, certamente, induzido pela proximidade do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, que, todavia, nunca se chamou de Santa Cruz da Trapa, ainda que ficasse próximo desta localidade. Terá também contribuído para o equívoco o facto de os Rabaldes andarem ligados a terras de Lafões e ao Mosteiro de S. Cristóvão. A carta de couto é bem clara: "faço couto a vos cónegos de Santa Cruz". Trata-se do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Certo é que o erro ficou e ainda hoje aparece repetida, inclusivamente em algumas enciclopédias, a ideia errada de que Oliveira de Frades tirou o nome do facto de ter pertencido aos vizinhos frades de S. Cristóvão, quando, na realidade, foi aos de Coimbra.

Para além da carta de couto, várias são as fontes posteriores que claramente o dizem, nomeadamente as Inquirições de D. Afonso III, o foral novo de Lafões ("...e jaz no dito comçelho [de Lafões] o lugar doliveira de frades que hé de sancta cruz") e o Numeramento da População de 1527.

Na freguesia de Reigoso, existiu, desde os primórdios da nacionalidade, uma das mais importantes albergarias medievais de Portugal.

A ALBERGARIA-HOSPITAL DE REIGOSO foi fundada em 1195, como reza uma inscrição latina gravada numa pedra calcária do arco cruzeiro da igreja daquela freguesia. Revelou esta inscrição e dela deu primeira notícia, em 1921, Amorim Girão⁶³. Porque a inscrição, com as sucessivas obras da igreja, estava coberta de cal e ilegível, levou-a para Coimbra, onde foi tratada e lida por especialistas. Foram tiradas duas reproduções em gesso. Uma ficou na Faculdade Letras e outra foi levada para Lisboa. A inscrição original voltou para a igreja de Reigoso e tem o seguinte teor:

EGO CERUEIRA OLIM COLIMBRIE PRETOR

ET UXOR MEA GOINA JOHANNIS FECIMUS ALBERGA

RIAM ET ECCLESIAM DE REIGOSO SACRARI FECIMUS

ATQVE CAUTARI IN ERA M CCXXXIII MENSE

JANUARIII ET PRO ANIBABUS NOSTIS EAM DEO OBTULIMUS

TALI CONDICIONE UT NEMO DE PROGENIE NOSTRA IBI

POTESTATEM HABEAT NISI SOLVS DEUS ET OMNES IBI BENEFACTORES

DOMINICVS PRESBYTER SACRAVIT

Tradução:

EU CERVEIRA OUTRORA ALCAIDE DE COIMBRA

E MINHA MULHER GOINA JOÃO MANDÁMOS FAZER A ALBERGA

RIA E FIZEMOS SAGRAR A IGREJA DE REIGOSO

E COUTÁ-LA NA ERA DE 1233 NO MÊS

DE JANEIRO E PELAS NOSSAS ALMAS A OFERECEMOS A DEUS

EM TAL CONDIÇÃO QUE NINGUÉM DA NOSSA DESCENDÊNCIA NELA

TENHA PODER A NÃO SER DEUS E TODOS OS SEUS BENFEITORES

O PRESBÍTERO DOMINGOS A SAGROU

Significa que, em 1195 (a data de 1233 da inscrição reporta-se à Era de César), um antigo alcaide ("pretor", no latim bárbaro) de Coimbra, de nome Cerveira, e sua mulher mandaram construir uma albergaria, em Reigoso, e sagrar a sua igreja e ofereciam-na a Deus em favor das suas almas, mediante as condições expressas.

Este Cerveira era pessoa importante, não só pelo cargo ocupado, mas porque o seu nome aparece, como confirmante, em muitos diplomas da chancelaria de D. Afonso Henriques. Entre eles, a carta que confirma a doação de Oliveira aos Frades a Santa Cruz de Coimbra, a que já nos referimos. É muito provável que o antigo alcaide de Coimbra fosse natural de Lafões, a avaliar pelo facto de, três anos antes da fundação da Albergaria, ele e sua mulher terem dado ao bispo de Coimbra e aos cónegos da Sé umas casas e herdades que possuíam na Arregaça, em troca de tudo que a Sé de Coimbra possuía em Reigoso. Cerveira fez-se, mais tarde, monge de Santa Cruz e legou ao Mosteiro boa parte dos seus bens, mas não a Albergaria e o Couto de Reigoso, que doou à paróquia.

A Albergaria manteve-se durante séculos e deve ter desempenhado papel importante no campo assistencial da região, porquanto aparece referenciada em vários documentos das chancelarias reais, muitas vezes designada por Hospital de Reigoso⁶⁴.

Em 1758, em resposta aos Inquéritos Paroquiais, diz o pároco da freguesia: "...tem (Reigoso) uma albergaria com a obrigação de quatro camas, agua, lenha, lume, candeia e sal, que administra o parcho sem renda alguma mais os quartos que se pagarão á Igreja por ser instituida pelo fundador da mesma igreja e por isso não se paga dizima nem premissa"⁶⁵

No seu último escrito sobre este assunto (1932), diz-nos Amorim Girão que, em 1906, o que restava do edifício da Albergaria e passara a fazer parte do passal foi vendido como bens nacionais, como se lê na carta de arrematação, onde se fala de "um prédio que consta de uma casa desmantelada, conhecida por casa do hospital". E os velhos da povoação lembravam ainda uma mulher que servia de "hospitaleira" e vivia de um subsídio que lhe dava o pároco.

Da Albergaria de Reigoso, para além da inscrição latina, que se encontra na igreja, ficou outro testemunho material importante: um marco que assinalava o hospício e que o povo chamava "Padrão da Albergaria", ([fig. 32](#)). Encontrava-se no fundo da povoação, à beira da estrada romana Viseu-Águeda,

que continuou a ser importante itinerário medieval. É um grande bloco de granito - actualmente à guarda da Assembleia Distrital - em forma de paralelepípedo, com 0,45 de aresta de base quadrada e 2,14 de altura. Tem gravada a seguinte inscrição:

PEREGRINO

VINDE AO HO

SPITAL DER

EIGOZO QEU

VOS DAREY

CAZA CAM

A AGOA FO

GO AZEYTE

E SAL

A inscrição convidava o peregrino a acolher-se ao Hospital de Reigoso, onde encontraria casa, cama, água, fogo, azeite e sal.

E que mais poderia o fatigado viajante desejar do que saciar a fome e a sede, aquecer-se a um bom fogo e descansar no conforto de uma cama!

Chegámos ao fim desta peregrinação por terras de Lafões. Muito ficou por dizer. Nunca se chega ao fim do que quer que seja! O tema é inesgotável. Chegámos apenas ao fim do trabalho que nos propusemos. Se a sua leitura contribuir para promover a sensibilização e participação dos cidadãos na salvaguarda do património histórico-cultural da Região de Lafões, valeu a pena tê-lo feito.

Imagens:

Fig. 1 - [Carta Itinerária da Região de Lafões](#)

Fig. 2 - [Monumentos Arqueológicos de Lafões](#)

Fig. 3 - [Braço da Vila de S.P. do Sul](#)

Fig. 4 - [Palácio do Marquês de Reriz e Igreja de Santo António \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 5 - [D. Carlos com o Príncipe Real D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel, no Jardim do Palácio de Reriz, em 1894 \(Foto cedida pelo Professor Luís Rocha\)](#)

Fig. 6 - [Casa Quinhentista \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 7 - [Convento Franciscano de S. José \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 8 - [Paços do Concelho de S. Pedro do Sul, no Edifício do Antigo Convento de S. José](#)

Fig. 9 - [Pelourinho de Sul](#)

Fig. 10 - [Capela de S. Macário de Cima \(Foto de Simão de Almeida\)](#)

Fig. 11 - [Castro da Cárcoda - Carvalhais \(Foto cedida pelo Prof. Correia Tavares\)](#)

Fig. 12 - [Ruínas do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, antes de restaurado](#)

Fig. 13 - [Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, Restaurado \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 14 - [Pedra Escrita - Serrazes \(Foto de Simão de Almeida\)](#)

Fig. 15 - [Solar dos Malafaias em Serrazes \(Foto de Simão de Almeida\)](#)

Fig. 16 - [Solar dos Malafaias em Santa Cruz da Trapa \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 17 - [Ruínas do Balneum Romano - Termas de S. Pedro do Sul](#)

Fig. 18 - [Ruínas da Piscina de D. Afonso Henriques \(Foto de Simão de Almeida\)](#)

Fig. 19 - [Balneário Rainha D. Amélia - Termas de S. Pedro do Sul](#)

Fig. 20 - [Concelho de S. Pedro do Sul \(Tratamento Informático do Eng. Cardoso Pinto\)](#)

Fig. 21 - [Brazão da Vila de Vouzela](#)

Fig. 22 - [Igreja Matriz de Vouzela \(Desenho de Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 23 - [Capela de S. Frei Gil \(Reproduzida de "Um olhar sobre Vouzela"\)](#)

Fig. 24 - [Pelourinho e casa das Ameias](#)

Fig. 25 - [Torre de Vilharigues \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 26 - [Torre de Cambra \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 27 - [Torre de Alcofra \(Desenho cedido pelo seu autor, Jorge Braga da Costa\)](#)

Fig. 28 - [Brazão da Vila de Oliveira de Frades](#)

Fig. 29 - [Pinturas da Anta de Outela \(Folheto da Região Turismo Dão Lafões\)](#)

Fig. 30 - [Dólmen de Espírito Santo de Arca \(Folheto da Região Turismo Dão Lafões\)](#)

Fig. 31 - [Pedra das Ferraduras \(in ^a Girão, Antiguidades Pré-Histórico de Lafões\)](#)

Fig. 32 - [Padrão de Albergaria \(Foto de Germano\)](#)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Alexandre - "As Casas da Comenda de Ansemil da Ordem de Malta", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. XXXI, n.º 2 1972. Foi publicada Separata.

ALVES, Alexandre - Igreja Matriz de Vouzela, Câmara Municipal de Vouzela, 1985.

ALVES, Alexandre - O Convento Franciscano de S. José da Vila de S. Pedro do Sul, Viseu, AVIS, Clube "O Cebolinha" de S. Pedro do Sul e Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1997.

ALVES, Alexandre - O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, S. Pedro do Sul, Clube "O Cebelinha" - Escola Secundária de S. Pedro do Sul, 1995.

ANTUNES, Madalena das Dores - Alcofra e a sua Gente, Viseu, Junta de Freguesia e Casa do Povo de Alcofra, 1999.

AZEVEDO, Rui de -Documentos Medievais Portugueses-Régios, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

-Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 56.

BRANDÃO, António (Frei) -Monarchia Lusytana, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1632.

BRITO, Bernardo de (Frei) -Segunda Parte da Monarchia Lusytana, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, Tomo II, cap. IX, 1609.

-Commercio de Vizeu (O), Vizeu, 21 de Junho de 1894.

CORREIA, Alberto -"O Castro da Cárcoda", in Beira Alta, Vizeu, Assembleia Distrital de Vizeu, vol. XXXV, n.º 2, 1976.

COSTA, Avelino de Jesus - "Peculiar, D. João" in Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, vol.V, 1992.

CRUZ, António -"Corte Portucalense em Lafões (1169)", in Tempos e Caminhos (Estudos de História), Porto, Faculdade de Letras, 1973.

-Diccionario Geografico (Memórias Paroquiais), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vol. 6, n.º 71.

FERNANDES, A. Almeida -"A Toponimia da Beira Alta", in Beira Alta, Vizeu, Assembleia Distrital de Vizeu, anos de 1989, 1995 e seguintes.

FIGUEIREDO, Alberto Poças de - in Tribuna de Lafões, S. Pedro do Sul, n.º 417, de 25 de Março, 1970.

FRADE, Helena e MOREIRA, José Beleza - "A Architectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul", Separata de Revista de La Facultad de Geografía e Historia Espacio, Tiempo y Forma, serie II, 5, Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1993.

FREIRE, Anselmo Braamcamp -Brasões da Sala de Sintra, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

GALVÃO, Duarte -Chronica do muito alto e muito esclarecido Principe Primeiro Rey de Portugal, Lisboa, Officina Ferreyria, M.DCC.XXVII.

GIRÃO, A. de Amorim -Antiguidades Pré-Históricas de Lafões, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

GIRÃO, A. de Amorim -"Arte Rupestre em Portugal", Separata da Revista Biblos, vol. I, n.º 3, Coimbra, 1925.

GIRÃO, A. de Amorim -"O Alcaide Cerveira, governador de Coimbra no século XII", in Arquivo Histórico de Portugal, Lisboa, vol. I, 1921-1934.

SILVA, Celso Tavares da -"O Castro de Baiões", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital, 1979, vol. XXXVIII, n.º 3.

-Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 36, p. 685, 1.ª col.

Liberdade (A), Viseu, 19 de Junho de 1894.

MARQUES, Jorge Adolfo M. e PEDRO, Ivone -"O Castro do Cabeço do Couço", in Um Olhar Sobre Vouzela, Vouzela, AVIS, ADRL e Escola Secundária de Vouzela, 1999.

OLIVEIRA, António de -"O Levantamento Popular de Arcozelo", in Revista Portuguesa de História, vol. XVI, Coimbra, 1977.

OLIVEIRA, A. Nazaré -Adelino Raposo, "Um Toureiro Sampedrense Ignorado", in Tribuna de Lafões, S. Pedro do Sul, n.º 1180, de 30 de Agosto de 1994.

OLIVEIRA, A. Nazaré -A Rainha D. Amélia em S. Pedro do Sul (Evocação Centenária), in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. LIII, n.º 1/2 e n.º 3/4, 1994. Foi publicada edição independente pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1996.

OLIVEIRA, A. Nazaré -"Para a História da Assistência em Terras de Lafões", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol LV, n.º 3/4, 1996.

OLIVEIRA, A. Nazaré -"A Lenda de S. Macário", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. LVII, n.º 3/4, 1997.

OLIVEIRA, A Nazaré -"Para a História das Termas de S. Pedro do Sul", in Um Olhar sobre as Termas de S. Pedro do Sul, S. Pedro do Sul, Clube "O Cebolinha",1999.

OLIVEIRA, A. Nazaré -"Um Atropelo à História", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. LVIII, n.º 3/4, 1999.

PEDRO, Ivone, VAZ, João L. Inês, e ADOLFO, Jorge -Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão-Lafões, Viseu, 1994.

PEREIRA Esteves e GUILHERME, Rodrigues- Dicionário Historico, Bibliographico, Chorographico, Heraldico, Biographico..., Lisboa, Romano Torres e C.ª Editores, 1904.

-Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones.

-Idem - Diplomata et Charta, Lisboa, Tipographia Nationalis, MDCCCXVII.

SANTA MARIA, Agostinho de (Frei) -Santuário Mariano, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galvão, tomo V, 1716.

SILVA, Celso Tavares da - "O Castro de Baiões", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. XXXVIII, n.º 3, 1979.

SILVA, Celso Tavares da e CORREIA Alberto -"O Castro da Cárcoda", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. XXXVI, n.º 2/ 3 e n.º 4, 1997.

SYLVA, Antonio Pires da -Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1696.

TAVARES, M. Correia -"Ruínas Arqueológicas da Cárcoda", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol XXXIV, n.º 3, 1975.

TAVARES, A. Augusto -"Expressões do Magalitismo nas Beiras", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol. XXXVIII, n.º 3, 1979.

VARGAS Maria Ester -"João Ramalho Bandeirante de Lafões", in Beira Alta, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, vol.LIV, n.º 3/4, 1995.

VAZ, J. L. Inês Vaz -A Civitas de Viseu-Espaço e Sociedade (tese de doutoramento), 1993.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa (Frei) -Elucidário, Ed. crítica por Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1962-1968.

Notas:

1 Cf. A. de Amorim Girão, *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

2 Sobre toponímia, vide A. Almeida Fernandes, "A Toponímia da Beira Alta", in Beira Alta, Viseu, edição da Assembleia Distrital, anos de 1989, 1995 e seguintes.

3 Alexandre Alves, "As Casas da Comenda de Ansemil da Ordem de Malta", in Beira Alta, Viseu, 1972, vol. XXXI, n.º 2, p. 176. Foi publicada Separata.

4 Cf. A. Nazaré Oliveira, "Um Atropelo à História", in Beira Alta, Viseu, 1999, vol. LVIII, n.º 3/4, pp. 461-470.

5 Cf. Alexandre Alves, ob. cit., p. 182.

6 Cf. António de Oliveira, "O Levantamento Popular de Arcozelo", in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1977, vol. XVI, pp. 1-17.

7 Idem, *ibidem*, p. 13.

8 Idem, *Ibidem*

9 Idem, *ibidem*, p.14.

10 Cf. A. Nazaré Oliveira, "A Rainha D. Amélia em S. Pedro do Sul (Evocação Centenária)", in *Beira Alta*, Viseu, 1994, vol. LIII, n.º 1/2 e n.º 3/4. Foi publicada edição independente pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1996.

11 Cf. Alexandre Alves, *O Convento Franciscano de S. José da Vila de S. Pedro do Sul*, Viseu, Ed. da AVIS, Clube "O Cebolinha" e Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1997.

12 Idem. *ibidem*, p. 11.

13 Cf. Idem, *ibidem*

14 *Tribuna de Lafões*, n.º 417, 25 de Março de 1970.

15 Cf. A. Nazaré Oliveira, "A Lenda de S. Macário", in *Beira Alta*, Viseu, 1997, vol. LVII, n.º 3 e 4.

16 *Tribuna de Lafões*, n.º 31, 15 de Abril de 1954.

17 Cf. M. Correia Tavares, "Ruínas Arqueológicas da Cárcoda", in *Beira Alta*, Viseu, 1975, vol. XXXIV, n.º 3, pp. 265-294.

18 Cf. Alberto Correia, "O Castro da Cárcoda", in *Beira Alta*, Viseu, 1976, vol. XXXV, n.º 2, pp. 151-162.

19 Cf. Celso Tavares da Silva e Alberto Correia, "O Castro da Cárcoda", in *Beira Alta*, Viseu, 1997, vol. XXXVI, n.º 2/ 3, pp.283-306, e n.º 4, pp.589-610.

20 Ivone Pedro, João L. Inês Vaz e Jorge Adolfo, *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão-Lafões*, Viseu, 1994, p. 132.

21 Agostinho de Santa Maria(Frei), *Santuário Mariano*, Lisboa, 1716, tomo V, p. 290.

22 A.N.T.T., *Diccionario Geografico*, (mss.) vol. 6, n.º 71, p. 499.

23 Cf. Celso Tavares da Silva, "O Castro de Baiões", in *Beira Alta*, Viseu, 1979, vol. XXXVIII, n.º 3, pp. 509-531.

24 Antonio Brandão (Fr.), *Monarchia Lusytana*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1632, III Parte, Liv. XI, Cap. V, p. 213 v.º, 1.ª col.

25 Santa Rosa Viterbo, *Elucidário*, Ed. crítica por Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1962-1968, vol.I, p. 144 .

26 Alexandre Alves, O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, Viseu, Ed. do Clube "O Cebelinha", 1995, p. 19.

27 Cf. Amorim Girão, "Arte Rupestre em Portugal", Separata da Revista Biblos, vol. I, n.º 3, Coimbra, 1925, pp. 9-10.

28 Cf. Ivone Pedro, João L. Inês Vaz e Jorge Adolfo, ob. cit., p. 35.

29 J. L. Inês Vaz, A Civitas de Viseu-Espaço e Sociedade, 1993, p. 107.

30 Helena Frade e José Beleza Moreira, "A Arquitectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul", in Revista de La Facultad de Geografía e Historia Espacio, Tiempo y Forma, serie II, 5, Separata, editada pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1993, pp. 541-542.

31 Cf. A. Nazaré Oliveira, "Para a História da Assistência em Terras de Lafões", in Beira Alta, Viseu, 1996, vol. LV, n.º 3/4, pp.395-433.

32 Antonio Pires da Sylva, Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens, Lisboa, 1696, p. 17.

33 Idem, ibidem, p. 15.

34 Duarte Galvão, Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe Primeiro Rey de Portugal, Lisboa , M.DCC.XXVII., pp. 56-57.

35 António Cruz, "Corte Portucalense em Lafões (1169)", in Tempos e Caminhos (Estudos de História), Porto, Faculdade de Letras, 1973, pp. 28-29.

36 Documentos Medievais Portugueses-Régios, Academia Portuguesa de História, n.º 295.

37 Ibidem, n.º 299.

38 Cf. A. Nazaré Oliveira, "Para a História das Termas de S. Pedro do Sul", in Um Olhar sobre as Termas de S. Pedro do Sul, S. Pedro do Sul, Clube "O Cebolinha", 1999.

39 A.N.T.T, Livro 2 de Místicos, fl. 107.

Para um conhecimento mais aprofundado, vide o nosso trabalho "Para a História da Assistência em Terras de Lafões", in Beira Alta, Viseu, 1996, vol LV, n.º 3/4.

40 Cf. A. Nazaré Oliveira, "A Rainha D. Amélia em S. Pedro do Sul (Evocação Centenária)", in Beira Alta, Viseu. 1994, vol. LIII, n.º 1/2 e 3/4, ou Edição independente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, 1996.

41 Avelino de Jesus Costa, in Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol.V, p.26, 2.ª col.

42 A Liberdade, 19 de Junho de 1894.

43 Cf. A. Nazaré Oliveira, "Adelino Raposo, Um Toureiro Sampedrense Ignorado", in Tribuna de Lafões, n.º 1180. de 30 de Agosto de 1994.

44 O Commercio de Vizeu, 21 de Junho de 1894.

45 Portugaliae Monumenta Historica, Dip et Ch., Doc. DCXXI.

46 Citado na G. Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.36, p.685, 1.ª col.

47 P. M. H.- Inquisitiones, p.907.

48 Para uma descrição pormenorizada da Igreja, vide Alexandre Alves, Igreja Matriz de Vouzela, Edição da Câmara Municipal de Vouzela, 1985; e Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 56.

49 P. M. H., Inquisitiones, p. 907.

50 A.N.T.T., Livro 1 da Beira, fls. 67 v. e 68.

51 Ibidem.

52 Cf. Anselmo Braamcamp Freire, Brasões da Sala de Sintra, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

53 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 9, fl. 19 v.

54 Esteves Pereira e Rodrigues Guilherme, Dicionario Historico, Bibliographico, Chorographico, Heraldico, Biographico..., Lisboa, Romano Torres e C.ª Editores, 1904, vol VI, 1912, p. 722.

55 Cf. Jorge Adolfo M. Marques e Ivone Pedro, "O Castro do Cabeço do Couço", in Um Olhar Sobre Vouzela, Vouzela, 1999, pp. 35-37.

56 Bernardo de Brito (Frey), Segunda Parte da Monarchia Lusytana, 1609, Tomo II, cap. IX, p. 294.

57. Para maior aprofundamento, vide Maria Ester Vargas, "João Ramalho Bandeirante de Lafões", in Beira Alta, Viseu, 1995, vol.LIV, n.º 3/4, pp. 335-345.

58 A. Augusto Tavares, "Expressões do Magalitismo nas Beiras", in Beira Alta, Viseu, 1979, vol. XXXVIII, n.º 3, p. 568.

59 A. Amorim Gião, Antiguidades Pré-Históricas de Lafões, Coimbra, 1921, p. 45.

60 Cf. Idem, ibidem, p. 42.

61 Documentos Medievais Portugueses-Régios, n.º 299.

62 A. Amorim Girão, "O Alcaide Cerveira, governador de Coimbra no século XII", in Arquivo Histórico de Portugal, Lisboa, 1932-1934, vol. I, p. 123.

63 Idem, Antiquidades Pré-Históricas de Lafões , Coimbra, 1921, pp. 8-9.

64 Chancelarias de: D. Duarte, Liv. 1, fl 101; D. Afonso V, Liv. 23, fl. 34 v.º; D. João II, Liv. 18, fl. 15; D. Manuel I, Liv. 32, fl. 6 v.º; D. João III, Liv. 52, fl. 64; Livro 1 da Beira, fl 81; Livro 2 da Beira, fl. 88 e 97.

65 A.N.T.T., Diccionario Geografico (mss.), vol. 31, n.º 57, fl. 321.